



MENTES, MUNDOS E RESPONSABILIDADES: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR

JOANA D'ARC DE SOUSA CARDOSO

JOANA D`ARC DE SOUSA CARDOSO

MENTES, MUNDOS E RESPONSABILIDADES: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR

DOI: <https://doi.org/10.58871/145634.1ed>

ISBN: 978-65-83124-27-2

1ª Edição

EDITORA ACADEMIC

Campo Alegre de Lourdes – Bahia, 01 de outubro de 2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Copyright© dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo do e-book, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Revisão e normalização: os autores e autoras.

Preparação e diagramação: Júnior Ribeiro de Sousa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cardoso, Joana D'arc de Sousa
Mentes, mundos e responsabilidade [livro eletrônico] : um olhar multidisciplinar /
Joana D'arc de Sousa Cardoso. -- 1. ed. --
Campo Alegre de Lourdes, BA : Editora Academic,
2025.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-83124-27-2

1. Aprendizagem - Metodologia 2. Educação
inclusiva 3. Ética ambiental 4. Inclusão social
5. Multidisciplinaridade 6. Relações públicas
7. Responsabilidade social das empresas I. Título.

25-306250.0

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Responsabilidade social e ambiental 304.2

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

APRESENTAÇÃO

O presente livro nasce da necessidade de dialogar com diferentes dimensões que atravessam a vida em sociedade no século XXI. Mais do que reunir temas aparentemente distintos, esta obra propõe uma costura entre afetividade, inclusão, responsabilidade social e ética ambiental, oferecendo ao leitor um olhar sensível e ao mesmo tempo crítico sobre os desafios do nosso tempo.

Na primeira parte, discute-se a afetividade no processo de ensino-aprendizagem, ressaltando como a dimensão emocional é essencial para a formação integral dos sujeitos e para o fortalecimento das práticas pedagógicas. Seguindo esse percurso, o livro abre espaço para compreender o conceito de autismo e refletir sobre estratégias que favoreçam a inclusão, o respeito à diversidade e a valorização das potencialidades de cada indivíduo.

A obra também traz à tona as relações públicas na condução da responsabilidade social das empresas, evidenciando o papel das organizações no desenvolvimento de práticas éticas e sustentáveis que impactam positivamente a coletividade. Complementando esse diálogo, apresenta-se um estudo sobre como detectar e trabalhar com crianças portadoras de TDAH, destacando métodos pedagógicos e estratégias de apoio fundamentais para promover um ambiente escolar mais justo e inclusivo.

Por fim, o livro não poderia deixar de abordar um dos temas mais urgentes da atualidade: a ética ambiental e a responsabilidade moral diante das mudanças climáticas. Trata-se de um convite à reflexão sobre nosso papel enquanto indivíduos e coletividade na construção de um futuro sustentável.

Assim, esta obra se apresenta como um mosaico de reflexões e práticas, unindo saberes da educação, da psicologia, da comunicação, da ética e da sustentabilidade. Cada capítulo dialoga com o outro, formando uma rede de conhecimentos que incentiva o leitor a pensar de forma crítica, criativa e comprometida com a transformação da realidade. Mais do que um livro, trata-se de um convite: aprender, cuidar e transformar.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I A AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.....	6
CAPÍTULO II ENTENDENDO O CONCEITO DE AUTISMO.....	17
CAPÍTULO III RELAÇÕES PÚBLICAS NA CONDUÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESA.....	29
CAPÍTULO IV COMO DETECTAR E TRABALHAR COM CRIANÇAS PORTADORAS DE TDH.....	40
CAPÍTULO V ÉTICA AMBIENTAL: A RESPONSABILIDADE MORAL DIANTE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	52

CAPÍTULO I

A AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

RESUMO

O artigo trata de um tema muito discutido no meio escolar, sendo de grande interesse dos profissionais de educação pois se refere a afetividade e sua importância no processo de aprendizagem. Como objetivo geral, avaliar a importância da afetividade no processo de ensino aprendizagem. Os objetivos específicos: Conhecer a definição de afetividade na concepção dos teóricos; entender como a afetividade entre professor e aluno contribui no processo ensino aprendizagem; verificar as dificuldades enfrentadas pelos professores na falta de afetividade por parte do aluno. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica cujos autores Almeida e Mahoney (2009), Antunes (2006), Cunha (2007), Vygotsky (2000) e outros contribuíram para sua elaboração. Como resultados, constatou-se que a afetividade contribui de forma significativa para a aprendizagem do aluno e estes demonstram visivelmente através de bilhetes, presentes, abraços e outros mimos, sua afetividade para com a professora, que procura retribuir dando-lhes carinho, atenção, ouvindo suas conversas, coisas que em casa geralmente as crianças não conseguem. O ato de ensinar não pode se resumir apenas em passar conteúdos para os alunos, precisa ajudar o a tomar consciência de si mesmo, dos outros, da sociedade em que vive e o seu papel dentro dela. Sobre as práticas pedagógicas foi visto que os professores devem utilizar metodologias condizentes com a realidade do aluno, procurando valorizar seus conhecimentos prévios, a fim de facilitar seu desempenho no processo de ensino.

Palavras-chave: Afetividade. Ensino Aprendizagem. Práticas Pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

A afetividade é um tema que vem sendo muito debatido, tanto nos meios educacionais quanto fora dele. Sabe-se que ela implica diretamente no desenvolvimento emocional e afetivo, a socialização, as interações humanas e, sobretudo, na aprendizagem.

A palavra afeto se origina do latim *affectus*, é o elemento da afetividade que se apresenta através das manifestações de sentimentos que se desenvolvem nas interações de um com o outro. Assim, o afeto é uma ferramenta importante para auxiliar os professores no desenvolvimento dos seus alunos no ambiente escolar, ajudando a melhorar o comportamento dos mesmos deixando-os mais serenos, motivados e ao mesmo tempo, mais participativos. É nesse momento que a

afetividade age como estimulante para desenvolver os conhecimentos cognitivos do aluno.

Os especialistas afirmam que a criança precisa de afetividade para sentir-se estimulada a estudar, cabendo as professoras mostrarem afeto durante a relação de ensino, devendo as mesmas estarem preparadas para dar carinho e atenção as crianças. Não basta ter domínio sobre o conteúdo, mas também ter afetividade para com os alunos.

A criança é hoje reconhecida como uma pessoa constituída de natureza singular, que sente e pensa o mundo de um jeito muito próprio; logo um ser de direitos. Assim, precisa estar interagindo com adultos e outras crianças e ser estimulada a desenvolver-se integralmente.

Nessa realidade, destaca-se a questão problema: de que forma a afetividade pode interferir no processo de ensino aprendizagem da criança? Como objetivo geral, avaliar a importância da afetividade no processo de ensino aprendizagem. Os objetivos específicos: Conhecer a definição de afetividade na concepção dos teóricos; entender como a afetividade entre professor e aluno contribui no processo ensino aprendizagem; verificar as dificuldades enfrentadas pelos professores na falta de afetividade por parte do aluno.

Para sua realização foi feita uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa contando com a leitura dos teóricos: Almeida e Mahoney (2009), Antunes (2006), Cunha (2007), Vygotsky (2000) e outros contribuíram para sua elaboração. Diante disso, o estudo enfatiza a definição de afetividade e sua importância na aprendizagem, a afetividade na relação professor x aluno, prática pedagógica e afetividade e proposta da pedagogia afetiva, aspectos considerados relevantes para o contexto do tema.

2 DEFINIÇÃO DE AFETIVIDADE E SUA IMPORTÂNCIA NA APRENDIZAGEM

No âmbito da psicologia, afetividade é a capacidade individual de experimentar o conjunto de fenômenos afetivos (tendências, emoções, paixões, sentimentos). A afetividade consiste na força exercida por esses fenômenos no caráter de um indivíduo. A afetividade tem um papel crucial no processo de aprendizagem do ser humano, porque está presente em todas as áreas da vida, influenciando profundamente o crescimento cognitivo.

A afetividade potencia o ser humano a revelar os seus sentimentos em relação a outros seres e objetos. Graças à afetividade, as pessoas conseguem criar laços de amizade entre elas e até mesmo com animais irracionais, isto porque os animais também são capazes de demonstrar afetividade uns com os outros e com os seres humanos.

A afetividade pode ser definida em diferentes perspectivas, entre elas sob a perspectiva da filosofia, da psicologia e da pedagogia. Devendo ser ressaltado que ao abordar a afetividade temos que considerar as emoções, que são expressões da vida afetiva e que são acompanhadas de reações e sentimentos. Como conceito de afetividade pode citar o amor como referência, pois o amor é definido através dos sentimentos, e, assim, a afetividade torna-se a dinâmica mais profunda e complexa de que o ser humano pode participar (AMORIM e NAVARRO, 2012).

De acordo com Almeida e Mahoney (2009, p.17), “a afetividade, assim como a inteligência é algo que não nasce pronta, ela tem um pleno desenvolvimento. Assim podemos ser construídos e relacionados como um envolvimento meio social de um período a outro”.

O professor precisa estabelecer boas relações afetivas com seus alunos, para que ele perceba o lado também afetivo dos alunos e nessa troca, a aprendizagem aconteça de forma natural e seja intermediária das expectativas esperados por ambos os lados em todo o seu desempenho.

Lopes (2003, p. 115) afirma que na profissão, o professor deve possuir características próprias, como ser uma pessoa escolhida, de exímia inteligência e integridade moral, dedicado exclusivamente ao ensino, pois o pressuposto da questão moral consiste no exemplo da vida.

Vygotsky (1998, p.54) destaca a importância das interações sociais, ressaltando a ideia da mediação e da internalização como aspectos fundamentais para a aprendizagem e, defendendo que a construção do conhecimento ocorre a partir de um intenso processo de interação entre as pessoas. Portanto, é a partir de sua inserção na cultura que a criança, através da interação social com as pessoas que a rodeiam, vai se desenvolvendo na constituição do seu eu.

3 A AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR X ALUNO

Entende-se que o afetivo exerce forte influência no cognitivo, visto que, a criança ao sentir-se amada, respeitada pelo professor que demonstra tais atitudes, certamente sentirá mais prazer ao aprender. Cunha (2007) mostra a importância que o professor deve ter ao procurar conhecer seu aluno de forma particular, principalmente no que se refere ao seu aspecto cognitivo para que possa utilizar-se de recursos adequados, estimuladores, que possam facilitar a aprendizagem do aluno.

Para o mesmo autor, por outro lado, tem-se observado quando a relação entre professor e aluno torna-se conflitante, ambos não se entendem, não há simpatia recíproca, essa relação atrapalha a aprendizagem do aluno criando certa insatisfação durante as aulas, o que prejudica seu rendimento escolar. Embora isso aconteça muito raramente na Educação Básica, mas cabe ao professor demonstrar carinho e afetividade para com o aluno a fim de estabelecer um elo de amizade entre os dois.

Silva (2001) enfatiza a importância do professor para que os alunos sintam-se mais seguros, criando, assim, um ambiente de aprendizado tranquilo, pois a afetividade se faz presente no cotidiano da sala de aula, seja pela postura do professor, pela dinâmica de seu trabalho ou nas interações entre sujeitos.

Todas as ações são mediadas pela afetividade do professor e percebe pequenos gestos como sorrir, escutar, refletir, respeitar são, entre tantos outros, necessidades que levam o sujeito a investir na afetividade, que é o “combustível” necessário para a adaptação, a segurança, o conhecimento e o desenvolvimento da criança (MELLO, 2011).

Dessa forma entendeu-se que através de pequenos gestos como sorrir e escutar leva o professor a demonstrar afetividade para com seu aluno onde o mesmo ao perceber sente-se amparado, seguro, e a partir disso começa a se interessar e desenvolver seu processo de ensino.

Almeida e Mahoney (2009), explicam que essa natureza antagônica da relação aluno-professor oferece riquíssimas possibilidades de crescimento e que o conflito faz parte da natureza, da vida das espécies, porque somente ele é capaz de romper estruturas prefixadas, limites predefinidos e atingir os planos sociais, morais, intelectuais e orgânicos.

Para os mesmos autores, um trabalho bem elaborado em tais circunstâncias auxilia o processo de constituição do sujeito, pois este, ao se colocar em confronto com o outro, aprende também a se organizar psiquicamente.

O papel do professor é de mediador do conhecimento. Queira ou não, ele é um modelo na sua forma de expressar valores, resolver conflitos, comunicar-se; na forma de ouvir, falar e de relacionar-se com os outros professores e com os alunos. E a forma como o professor se relaciona com o aluno se reflete nas relações do aluno com o conhecimento e na relação aluno-aluno.

Nessa relação há um antagonismo entre emoção e atividade intelectual que Wallon chama de antagonismo de bloqueio, ele também diz que quando não são satisfeitas as necessidades afetivas, estas resultam em barreiras para o processo ensino-aprendizagem e, portanto, para o desenvolvimento, tanto do aluno como do professor e que esses conflitos são essenciais ao desenvolvimento da personalidade (WALLON, 1998).

E complementando, Antunes (2006), diz que o professor é o único no mundo que tem argila com a qual se moldará o amanhã, e que é necessário refletir sobre as ferramentas e crenças que balizam suas ações, verificando quais os objetivos que quer alcançar.

Dessa forma, entende-se que o professor tem todas as ferramentas para orientar o aluno que através de seus ensinamentos deve procurar observar quais as reais necessidades da criança para desenvolver ações que a façam tornar-se um cidadão de bem. O professor ao estar em contato direto como o aluno torna-se responsável pela sua formação de opinião, de senso crítico.

4 PRÁTICA PEDAGÓGICA E AFETIVIDADE

A relação que se pode estabelecer entre a prática pedagógica do professor e a afetividade em sala de aula, é trazer para o campo das atividades pedagógicas o interesse e o amor dos atores da escola. Um aluno que ama aprender aprende melhor; um professor que ama ensinar ensina melhor. Porém, não se pode iludir achando que basta amar para ser bom professor. Antes, se eu amo, eu estudo, eu pesquiso, eu trabalho e, desta forma, adquiero instrumentos mediadores essenciais ao exercício docente (CUNHA, 2013).

A carga de amorosidade que está no professor faz ser um aprendiz do saber para exercer com equidade o seu ofício. A carga de amor que está no professor, o

faz interessado e responsável para descobrir alternativas nos processos de ensino e aprendizagem. Igualmente, a carga afetiva do aluno o faz irromper a lugares ainda desconhecidos de aprendizagem e saber.

Se não se pode ser afetivos sem adquirir os predicados necessários ao exercício docente, tampouco se pode exercer a prática pedagógica sem os atributos do amor. O que torna o homem feliz é o que ele possui de qualitativo, que outorga valor inestimável a coisas frugais e cotidianas. E sua maior expressão é o amor. O prazer e a vida estão no interior do homem. Por isso, desejo mais justo não há: o de ser feliz (CUNHA, 2013).

Colaborando com as palavras do autor, a profissão docente requer muita dedicação, amor, paciência, e se o professor não tiver estas qualidades, fica difícil conseguir realizar sua prática pedagógica com sucesso. O estudo, a pesquisa, a investigação fazem parte da vida do professor que deve sempre procurar novos conhecimentos para poder transmitir aos alunos.

Nesse contexto, ao professor é necessário que faça não só com que o aluno apreenda e assimile o conteúdo, mas que além de tudo seja capaz de sentir o conteúdo relacionando-o às emoções. Recorrendo novamente aos escritos de Vygotsky (2001), nesse sentido, o autor afirma que o professor deve preocupar-se em relacionar o novo conhecimento com a emoção, caso contrário o saber torna-se morto.

Já Tassoni (2000) buscou evidenciar aspectos afetivos na interação em sala de aula, analisando a postura do professor e os seus conteúdos verbais e concluiu que os aspectos afetivos estão presentes na dinâmica da sala de aula e influenciam diretamente o processo ensino-aprendizagem. Para a autora a mediação da professora é fundamental para determinar a relação do aluno com o conteúdo ensinado. Quando se assume que o processo de aprendizagem é social, o foco deslocasse para as interações e os procedimentos de ensino tornam-se fundamentais.

Diante dessa realidade, se observa que normalmente o aluno faz do ambiente escolar uma extensão do seu lar, sendo assim ele busca na escola segurança e afeto. Dessa forma, toda a equipe pedagógica precisa estar preparada para lidar com isso. Para muitos pedagogos e professores não existe educação sem amor, são seguidores do pensamento de Paulo Freire.

Deve haver a disponibilidade para a alegria e para o afeto. É evidente que nessa forma de agir e pensar o aspecto da afetividade não significa a existência de uma espécie de pacto, cumplicidade entre professor e aluno no tocante ao favorecimento ilícito através da concessão de notas ou conceitos sem que o discente tenha atingido as metas as quais lhe são propostas (CIDADE, 2009)

O ambiente escolar cujos professores buscam a cada dia se humanizarem mais precisa ser um ambiente alegre, onde todos se sintam bem. Ser alegre na escola implica dar um sentido a vida, mostrar os motivos que fazem valer a pena a realização dos estudos, buscar e encontrar motivos para fazer com que as pessoas sintam-se especiais e insubstituíveis. É preciso interagir com os alunos também no campo da emoção, ensinar vibrando com entusiasmo e paixão pelo ser humano. Uma escola saudável e alegre é aquela onde o professor dar valor a si, ao seu aluno, bem como a própria instituição (CIDADE, 2009).

Colaborando com o supracitado autor, o aluno ao adentrar a escola precisa sentir que é acolhido com carinho, devendo sentir prazer em estar na sala de aula, onde espera ter atenção desejada, que seja tratado com gentileza, pois sentirá mais motivação para a aprendizagem quando percebe tudo isso. O ambiente escolar precisa ser o melhor possível e o professor é um dos principais colaboradores para que isto venha a acontecer.

5 PROPOSTA DA PEDAGOGIA AFETIVA

Segundo Rossini (2010, p. 15) as crianças devem ter oportunidade de desenvolver sua afetividade. É preciso dar-lhes condições para que seu emocional floresça, se expanda, ganhe espaço. A falta de afetividade leva à rejeição aos livros, à carência de motivação para a aprendizagem, à ausência de vontade de crescer. Portanto, uma das metas máximas é: aprender deve estar ligado a ato afetivo, deve ser gostoso, prazeroso.

Colaborando com a autora, acredita-se que se a criança é incentivada para a aprendizagem com certeza terá mais ânimo para aprender, neste caso os professores devem ser criativos quanto as suas práticas pedagógicas sempre procurando inovar para chamar a atenção das crianças.

Rossini (2010) acrescenta que a afetividade é à base da vida. Se o ser humano não está bem afetivamente, sua ação com ser social estará comprometida,

sem expressão, sem força, sem vitalidade. Isto vale para qualquer área da atividade humana, independentemente de idade sexo ou cultura.

O desenvolvimento da afetividade pressupõe um trabalho baseado em três alicerces ou pontos básicos: limites, mitos do cotidiano e ritmos. Deve-se sempre lembrar que a criança é um ser social e, por isso, sujeita a interferências do meio em que vive. Portanto, deve-se sempre estar atentos às características e aos fatos da nossa sociedade, lembrando que, quando se recebe uma criança à porta da sala de aula, além da mochila com o material, ela traz todas as impressões que vivenciou, assimilada ou não, bem elaborada ou não.

Hoje com os meios de comunicação de massa, nem as crianças são poupadas dos problemas comuns ao nosso tempo. Elas estão inseridas na sociedade como nunca. Acompanham tudo e têm suas próprias impressões sobre o mundo hoje (ROSSINI, 2010).

Na visão de Arantes (2010, p. 133):

O atual sistema educativo, principalmente no que se refere ao ensino obrigatório, está voltado à transmissão de uma série de conhecimentos, as matérias curriculares de que cada cidadã e cidadão supostamente necessitam para se desenvolver adequadamente na vida pública e para preparar-se para o mundo profissional no qual deverá ingressar no futuro.

Conhecimentos estes que se acredita ser fundamentais para a formação intelectual e cultural dos alunos para lhes proporcionar os instrumentos cognitivos que permitem o acesso ao pensamento científico e à cultura.

De acordo com a autora, os alunos aprendem tudo aquilo que se acredita prepará-los para a vida pública, mas não compete ao sistema educativo prepará-los para a vida privada; o objetivo é prepará-los para que também tenham uma boa formação emocional; desenvolvendo o seu pensamento para que possam entender o científico, mas não se tenta fazê-los compreender o cotidiano.

Prepara-se os estudantes para o público, o cognitivo e o científico, mantendo-os na ignorância quanto ao privado, ao emocional e ao cotidiano, isto é, eles são mantidos na ignorância em relação aos conhecimentos do universo feminino. Muitas vezes o sistema escolar falha por acrescentar inúmeros conteúdos no currículo escolar esquecendo-se de determinar um tempo para se trabalhar outros conteúdos também importantes na vida dos alunos, conteúdos estes do cotidiano que os mesmos não conseguem administrar havendo necessidade de alguém mais experiente que os ajude.

A pressa em transmitir conteúdos acaba por levar a um ensino meio técnico sem afetividade onde o professor não se dá conta dos sentimentos dos alunos, o que estão passando naquele momento. E isso comprovadamente atrapalha na sua aprendizagem. Nessa linha de pensamento, Antunes (2004, p. 60), afirma que:

Em toda educação o que mais marca é primeiro o amor, depois, o exemplo e, em terceiro lugar, o ensino. Seria, pois, essencial que o (a) ou educador(a) infantil tivesse “ilimitado amor a sua profissão e integral condição de transmiti-la através de seus atos, seus gestos e de suas intervenções”. Portanto, este educador deve gostar muito de crianças e se mostrar sensível ao afeto que desperta e às dores e angústias que a criança possa revelar.

Colaborando com o autor, acredita-se que para ser educador tem que ter dedicação à criança, gostar de crianças, pois se tem observado em alguns casos que professores trabalhando na Educação Infantil não dispensando tratamento afetivo que as crianças merecem. Infelizmente é a realidade de algumas escolas do nosso país e o nosso Estado pode ser incluso neste exemplo.

Retornando a Antunes (2004, p. 60) o autor elenca alguns predicados do educador infantil, todos eles permeados pelo amor ativo, dinâmico e desafiador. Para o autor, é necessário que “os professores da Educação Infantil sejam desafiadores, inquietos, responsáveis e, sobretudo, estudiosos para que se mantenham sempre ao lado dos avanços científicos da neurologia, Pedagogia, Psicologia e Psicopedagogia”. E que saibam transpor essas conquistas para sua ação junto às crianças, pois o amor incompetente, por ser contemplativo, inspira filmes românticos, jamais uma educação ousada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo, conclui-se que a afetividade é um dos principais elementos no processo de aprendizagem do aluno e que sem ela tudo se torna mais difícil. Às vezes a criança não tem afeto, atenção por parte da família, e quando chega à escola, precisa suprir esta carência para que se sinta motivada para aprender.

Verificou-se no estudo que a relação professor e aluno deve ser feita com base na afetividade, pois se não tiver afeto, a criança sentirá dificuldades para assimilar os conteúdos, será desmotivada no seu processo de ensino. Muitas vezes

por não simpatizar com o professor, o aluno acaba transferindo para o estudo chegando a ser prejudicado na aprendizagem.

Foi visto que nas práticas pedagógicas, as mesmas devem ser voltadas para realidade do aluno, levando em consideração o seu cotidiano aliado ao conteúdo da disciplina e que seu conhecimento prévio deve ser valorizado, cabendo ao professor selecionar práticas que incentive o aluno para o estudo, procurando entender a melhor forma de assimilação a fim de que haja sucesso na aprendizagem.

O professor deve transmitir afeto aos seus alunos, como também deve haver afetividade por parte dos alunos para com o professor, pois só assim, esta relação será constituída de amizade, confiança e respeito. Não devendo o professor agir com autoritarismo para conseguir afetividade, como também não relaxar deixando que os alunos sigam por um caminho sem limites, sem obediência a regras que são necessárias para uma boa aprendizagem.

De modo geral, a evolução da afetividade vai do que Piaget denomina de sentimentos instintivos, correspondentes às montagens hereditárias (reflexos), aos sentimentos interindividuais (simpatias e antipatias), e, posteriormente, aos sentimentos seminormativos (correspondentes às construções representacionais), para chegar aos sentimentos normativos, pertencentes a uma escala de valores e a um sistema mais amplo, correspondente ao sistema operatório, no que se refere à inteligência (SOUZA, 2003).

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Chico; GENTILI, Pablo. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2001

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; MAHONEY, A. Alvarenga (Orgs.) **Afetividade e Aprendizagem**: contribuições de Henri Wallon. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

AMORIM, Márcia Camila Souza de. NAVARRO, Elaine Cristina. Afetividade na Educação Infantil. Interdisciplinar: **Revista Eletrônica da Univar** (2012) n.º 7 p. 1 - 7 On-line Disponível em: <http://revista.univar.edu.br/> Acessado em: 18 de set. 2015.

ANTUNES, Celso. **A afetividade na escola**: educando com firmeza. Londrina: Maxiprint, 2006.

_____. **Educação Infantil**: prioridade imprescindível. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Afetividade na escola**. São Paulo: Summus, 2003.

CIDADE. Sylvio César Pereira. A Afetividade na Prática Pedagógica. **Revista de Psicologia**. Ano 3. nº 7. Fevereiro de 2009. Disponível em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/129/129>. Acesso em: 18 de set.2015.

LOPES, Edson Pereira. **O conceito de teologia e pedagogia na Didática Magna de Comenius**. São Paulo: Mackenzie, 2003.

CUNHA, Eugênio. **Afetividade na prática pedagógica**.(2013) Disponível em: http://www.projetospedagogicosdinamicos.com/afetividade_na_pratica_pedagogica.html. Acesso em: 17 de set.2015.

_____ **Afetividade na prática pedagógica: educação, TV e escola**. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2007.

MELLO, Tágides. A Importância da Afetividade na Relação Professor/Aluno no Processo de Ensino/Aprendizagem na Educação Infantil. **Revista Eletrônica Saberes da Educação** – Volume 4 – nº 1 – 2013. Disponível em: <http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Tagides.pdf>. Acessado em: 18 de set. 2015.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. **Pedagogia afetiva**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VYGOSTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. Martins Fontes -6. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

_____ **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SILVA, M.L.F.S. **Análise das dimensões afetivas nas relações professor-aluno**. Campinas, Unicamp: FE, 2001.

SOUZA, Maria Thereza Costa Coelho de. O desenvolvimento afetivo segundo Piaget. In: **Afetividade na Escola: alternativas teóricas e práticas**. ARANTES, Valéria Amorim (orgs.) São Paulo: Summus, 2003.

TASSONI, E. C. M. **Afetividade e produção escrita: a mediação do professor em sala de aula**. 233 f. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

CAPÍTULO II

ENTENDENDO O CONCEITO DE AUTISMO

RESUMO

Entender o conceito de autismo não é fácil, nos leva a uma reflexão acerca de um assunto muito importante no qual a sociedade de modo geral precisa estar preparada para adquirir conhecimentos sobre o tema a fim de aprender a conviver com pessoas que possuem o transtorno do espectro do autismo. O estudo objetivou entender o conceito de autismo, conhecendo suas características e diagnóstico. Justificando a escolha do tema, por observar que o indivíduo autista, principalmente criança não tem a devida atenção que merece no meio social em que se encontra inserido, havendo necessidade de melhor conhecimento sobre a síndrome para que o mesmo venha a ser reconhecido como pessoa de direitos. Dentre os autores referenciados neste trabalho, destacam-se: Bosa (2002), Cunha (2011), Crespim (2004), Silva (2012), Surian (2010), contando ainda com as informações da Instituição AMA (2014) e outros que contribuíram de forma significativa para a sua elaboração. Os resultados mostram que muitos autores localizam a síndrome como tendo etiologia orgânica, porém, na atualidade, muitos defendem uma multideterminação dinâmica e social. Independente da visão que se tenha a respeito do autismo, pois não há como separar o desenvolvimento cognitivo, do afetivo e sua essência biológica, torna-se fundamental que se apresentem de maneira nítida, as formas de abordagens à crianças autistas.

PALAVRAS CHAVE: Espectro do Autista. Causas. Diagnóstico. Tratamento.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual cria padrões pré-estabelecidos, onde qualquer um que esteja fora deles, pode ser excluído. Nesta sociedade uma criança, com necessidades especiais, bem como sua família, sofrem preconceitos precisando buscar apoio de profissionais para superar os obstáculos. Nessa realidade, torna-se importante estudar a respeito do transtorno do espectro do autista a fim de conseguir um melhor entendimento sobre o mesmo.

O debate sobre a síndrome do autismo permanece polêmico em torno de sua definição, de suas causas e das diferentes teorias sobre possibilidades de tratamento. Uma das principais polêmicas é no que se refere à questão da etiologia: psicogênese ou organogênese? Muitos autores localizam a síndrome como sendo

etiologia orgânica e outros enfatizam a psicogênese, porém, na atualidade, muitos defendem uma multideterminação orgânica, dinâmica e social. Independente da visão que se tenha a respeito do autismo, pois não há como separar o desenvolvimento cognitivo, do afetivo e sua essência biológica, torna-se fundamental que se apresentem de maneira nítida, as formas de abordagens às crianças autistas.

Diante do exposto, o objetivo desse estudo é procurar entender o conceito de autismo, conhecendo suas características e diagnóstico. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura, cujos autores, Bosa (2002), Cunha (2011), Crespim (2004), Silva (2012), Surian (2010), contando ainda com as informações da Instituição AMA (2014) e outros que contribuíram de forma significativa para a sua elaboração.

CARACTERÍSTICAS ACERCA DO AUTISMO

O termo Autismo é de origem grega que significa “de si mesmo”. Está dentro do grupo de transtornos de desenvolvimento do cérebro, conhecido como transtorno do espectro autista (TEA). É um conjunto de manifestações que afetam o funcionamento social, a capacidade de comunicação e o modelo padrão de comportamento, algumas vezes vem acompanhado de deficiência intelectual. O espectro é constituído por alguns transtornos, como o Autismo, a Síndrome de Asperger, a Síndrome de Rett, que fazem parte do CID 10 (classificação internacional de doenças) de Transtornos Globais de Desenvolvimento.

Segundo Silva (2012) “o autismo é um transtorno global do desenvolvimento infantil que se manifesta antes dos 3 anos de idade e se prolonga por toda vida”. Afeta as áreas da socialização, comunicação e do comportamento e dentre essas a mais afetada é a interação social.

É comum, as crianças que fazem parte do espectro apresentarem dificuldades em entender as regras de convívio social, serem não-verbais, terem ecolalia, algumas são agressivas e tem comportamento estereotipado. Com essas dificuldades funcionais, o impacto na eficiência da comunicação é muito grande, fazendo com que o desenvolvimento do cérebro social mantenha-se cada vez mais insuficiente para exercer as funções necessárias para a interação social.

Uma criança com autismo leve pode parecer apenas um pouco diferente, com certa timidez excessiva e ter uma vida dentro da normalidade, já uma criança com

autismo severo pode ser incapaz de falar e cuidar de si mesma. A intervenção precoce pode fazer uma grande diferença no desenvolvimento dessas crianças. A maneira como uma criança autista age e se comporta hoje, recebendo os cuidados necessários, podem fazê-lo melhorar no convívio social e na sua independência com o passar dos anos.

Quanto as causas, a esse respeito, Cunha (2011,p.25) esclarece:

Ainda que não sejam satisfatoriamente conhecidas, alguns estudiosos acreditam que os fatores metabólicos decorrentes de alterações bioquímicas são, de certa forma, submetidos aos efeitos do ambiente e modificados por ele. Em razão disso existe uma grande preocupação atual com a toxicidade dos metais pesados e a sua influência nos processos biológicos que levam aos sintomas.

Não existe um teste médico específico para o diagnóstico de autismo, baseia-se na história de vida do paciente, no comportamento observado em diversas situações e em testes educacionais e psicológicos, todos realizados por uma equipe multidisciplinar. Como os sintomas variam muito, as vias para a obtenção do diagnóstico também podem variar. Em algumas crianças são identificados atrasos no desenvolvimento antes delas serem diagnosticadas com autismo e assim podem receber intervenção precoce ou serviços de educação especial.

Lembrando que as manifestações do autismo variam intensamente, depende do nível de desenvolvimento e idade cronológica do indivíduo. Varias pessoas acreditam que o autista é aquela pessoa que se isola do mundo, no seu canto, mas esse é apenas uma variação do autismo, pois há indivíduos com dificuldades de se socializar muito sutis, quase imperceptíveis para a maioria das pessoas, por isso há casos em que se descobrem muito tardiamente, já na fase adulta. Sobre isso Silva (2012) aponta que não é escolha ficar sozinhos, os autistas simplesmente não possuem habilidades sociais:

As crianças com autismo não escolhem ficar sozinhas, mas a falta de habilidades sócias as mantém distantes das outras, entretidas no seu mundo, sem demonstrar desconforto. Elas são bem diferentes de crianças tímidas que não conseguem içar com o grupo por vergonha, mas observam de longe seus coleguinhas, com nítida vontade de serem aceitas e de participarem das brincadeiras (SILVA, 2012, p. 25).

Cunha (2011) ao falar sobre essa falta de habilidades sociais aponta que o autista não procura contato com as pessoas, e sim a necessidade de fixação nos próprios movimentos e interesses. E assim essa forma de agir dificulta a convivência social e contribui para que existam os comportamentos repetitivos e exclusivistas.

Recentemente, evidências sugerem que os primeiros sinais do autismo podem ser vistos em crianças bem novas, com 8 a 10 meses de idade apresentam mais passividades, mais difíceis de acalmar ou não reagem quando alguém chama seu nome. Em outras, os sintomas se apresentam, por volta de um ano de idade, já prejuízos de orientação ao estímulo social (ex: orientação social, de atenção compartilhada, de interação social e de antecipação, de balbuciar, de gestos, de pronúncias de palavras e de imitação).

Alguns desses primeiros sinais podem ser notados pelos pais, outros podem apenas ser observados com a ajuda de um clínico especialista. Os diagnósticos de TGD e autismo baseiam-se, atualmente, nos critérios internacionais propostos pelo CID e pelo DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*). A inclusão do diagnóstico de autismo, como um transtorno de desenvolvimento, ocorreu somente na terceira edição do DSM, em 1980, definindo o autismo como um “grave distúrbio do desenvolvimento, que compromete diferentes áreas do comportamento de forma difusa e em caráter permanente”.

AS DIFERENTES CONCEPÇÕES SOBRE O AUTISMO

Mello (2007), relata que o autismo é um distúrbio do desenvolvimento humano que vem sendo estudado pela ciência há quase seis décadas, mas sobre o qual ainda permanecem dentro do próprio âmbito da ciência, divergências e grandes questões por responder. Isso ocorre, pois o autismo não é condição única, existe um espectro do autismo que varia entre cada indivíduo.

As características apresentadas pelo autista estão presentes antes dos três anos de idade, e atingem 0,6% da população, sendo quatro vezes mais comuns em meninos do que em meninas. A noção de espectro do autismo foi descrita por Lorna Wing em 1988, o qual sugere que as características do autismo variam de acordo com o desenvolvimento cognitivo.

Assim, em um extremo, temos os quadros de autismo associados à deficiência intelectual grave, sem o desenvolvimento da linguagem, com padrões repetitivos simples e bem marcados de comportamento e déficit importante na interação social, e, no extremo oposto, quadros de autismo, chamados de *Síndrome de Asperger*, sem deficiência intelectual, sem atraso significativo na linguagem, com

interação social peculiar e bizarra, e sem movimentos repetitivos tão evidentes (AMA, 2014).

O conceito do Autismo Infantil (AI), modificou-se desde sua descrição inicial, passando a ser agrupado em um contínuo com condições com as quais guarda várias similaridades, que passaram a ser denominadas de Transtornos Globais (ou Invasivos) do desenvolvimento (TGD). Mais recentemente, denominaram-se os Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) para se referir a uma parte dos TGD: o Autismo, a Síndrome de Asperger e o Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação, não incluindo Síndrome de Ret e Transtorno Desintegrativo da Infância (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

As causas do autismo infantil não são totalmente esclarecidas (KLIN, 2006). Porém, provavelmente, decorre da deficiência e anormalidade cognitiva de causa genética e hereditária, pois se observou que alguns autistas apresentam cérebros maiores e mais pesados e que a conexão nervosa entre suas células era deficiente.

Fatores ambientais como o ambiente familiar, complicações durante a gravidez ou parto também podem causar o autismo, assim como alterações bioquímicas do organismo caracterizadas pelo excesso de serotonina no sangue e anormalidade cromossômica evidenciada pelo aparecimento ou duplicação do cromossomo 16. A dificuldade em saber a causa do autismo ocorre porque nem todas estas alterações estão presentes em todos os autistas (FRAZÃO, 2014).

Partindo portanto, de todos estes pressupostos entende-se que autismo seja de fato um distúrbio no desenvolvimento do ser humano que envolve dentre diversas características principalmente a incapacidade de interagir com outros e ao mesmo tempo a capacidade de criar um universo ao seu próprio redor. Não deixando, no entanto, de depender físico e emocionalmente de outro ser, pois tal distúrbio torna a pessoa incapaz de desenvolver diversas atividades intergrupais que norteiam a convivência humana em sociedade.

Nesse contexto, no final de 1960, o psiquiatra inglês Michael Rutter questionava a centralidade dada aos aspectos afetivos na síndrome do autismo e defendia que o cerne do problema estava no campo da cognição. Mais tarde, Ritvo (1976) citado por Aquino (2007), também relacionaria o autismo a um déficit cognitivo, considerando-o, não mais uma psicose, e sim um distúrbio do desenvolvimento. Isso preparou o terreno para que, a partir dos anos 1980, se

desenvolvessem teses como as do déficit autista da teoria da mente, da coerência central ou das funções executiva.

De acordo com Lima (2007), para a “teoria da mente”, as pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo teriam dificuldades importantes nas capacidades de metarepresentação e metacognição, ou seja, de imaginar e interpretar os estados mentais de terceiros, e também os próprios. Assim, colocar-se “no lugar do outro” e interagir socialmente a partir da decodificação dos sinais verbais e não verbais que o parceiro emite seria tarefa quase impossível para uma pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo.

Os anos 1970 e 1980 também foram o período de surgimento e difusão de estratégias educacionais e comportamentais dirigidas às pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo, como o Treatment and Education of Autistic and Related Communications Handicapped Children (TEACCH), proposto por Eric Schopler, da Universidade da Carolina do Norte - EUA, e da Applied Behavioral Analysis (ABA), a partir dos trabalhos de Ivar Loovas na Universidade da Califórnia, EUA.

O início dos anos 1980 também foi marcado pelo artigo de Lorna Wing sobre a síndrome descrita por Hans Asperger em 1944. Após modificar parte da descrição clínica feita por esse autor, Wing defendeu que tanto o Transtorno do Espectro do Autismo quanto aquela síndrome compartilhavam da mesma tríade sintomática: ausência ou limitações na interação social recíproca; ausência ou limitações no uso da linguagem verbal e/ou não verbal; e ausência ou limitações das atividades imaginativas, que deixavam de ser flexíveis para tornarem-se estereotipadas e repetitivas. O artigo de Wing (1981) levaria ao gradual fortalecimento da noção de *continuum* “espectro do autismo” nos anos e décadas seguintes, e contribuiria para que a “Síndrome de Asperger” fosse incorporada à classificação psiquiátrica nos anos 1990 (BOSA, 2002).

A partir de 1980, as concepções psicanalíticas sobre o Transtorno do Espectro do Autismo passaram também a ser produzidas pelas escolas francesas de inspiração lacaniana - referidas ao legado de Jacques Lacan (1901/1981). Essa vertente - que inclui o casal Lefort, E. Laurent, Maleval, Sauvagnat, P. Bruno, C. Soler, M.C. Laznik, G Crespín, dentre outros - se baseia em uma visão estrutural da constituição do sujeito e, no caso do Transtorno do Espectro do Autismo, em uma relação onde o sujeito deve ser analisado na lógica em que se articulam a linguagem e o corpo (SERRA, 2010).

No Brasil, o conhecimento sobre o Transtorno do Espectro do Autismo foi se instalando gradualmente, seja pela difusão dos conceitos da psiquiatria de Kanner, da psiquiatria infantil francesa (como a de Ajuriaguerra) ou das abordagens psicanalíticas. Também foi mais tardio o aparecimento, no país, das associações de familiares de pessoas com autismo. Em 1983 surgia a primeira Associação de Amigos de Autistas do Brasil, a AMA-SP, tendo como principal mentor o Dr. Raymond Rosemberg. Em 1989, a Associação Brasileira do Autismo (ABRA) promoveu o I Congresso Brasileiro de Autismo, cuja segunda edição aconteceria em 1991 (ASSUMPÇÃO, 2005).

Do ponto de vista assistencial, as crianças com Transtorno do Espectro do Autismo passaram a maior parte do século XX fora do campo da saúde (COUTO, 2004), sendo cuidadas principalmente pela rede filantrópica (como a APAE e a Sociedade Pestalozzi), educacional, em dispositivos da assistência social ou em serviços oferecidos pelas próprias associações de familiares.

Alguns poucos tinham acesso a “serviços-ilha” na área da saúde mental, geralmente situados em hospitais psiquiátricos ou universitários, que ofereciam tratamento multiprofissional, mas sem articulação com uma Rede territorial de serviços, o que é preconizado pela Política Nacional de Saúde Mental. Outros eram seguidos em regime ambulatorial tradicional, realizado por psiquiatra ou neurologista, com tratamento exclusivamente medicamentoso (SCHMIAT; BOSA, 2007).

Pode-se afirmar que só recentemente o Transtorno do Espectro do Autismo passa a aparecer oficialmente na agenda política da saúde mental, a partir de experiências pioneiras como o Núcleo de Atenção Intensiva à Criança Autista e Psicótica (NAICAP) surgido em 1991, no Instituto Philippe Pinel, Rio de Janeiro; o Centro de Referência à Saúde Mental Infante-Juvenil,(CERSAMI) inaugurado em 1994, em Betim-MG; e os Pequeno Hans e Eliza Santa Roza (CAPSi) surgidos no Rio de Janeiro, respectivamente em 1998 e 2001. Com a publicação da portaria 336/2002, o CAPSi se consolida como equipamento privilegiado para a atenção psicossocial à criança com Transtorno do Espectro do Autismo no âmbito do SUS, embora não se dirija de modo especializado a essa clientela (AQUINO, 2007).

O DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO AUTISMO

No estudo de Surian (2010) o autismo aparece antes dos 3 anos de idade e permanece na idade adulta. Porém suas manifestações podem ser, em muitos casos, notadamente atenuadas através de programas adequados de intervenção psico-educativa. De cada mil crianças, aproximadamente, uma é autista, ou apresenta um distúrbio semelhante ao autismo, como a síndrome de Asperger.

Segundo investigações recentes, a difusão do autismo atualmente nos Estados Unidos é de até mesmo um em cada duzentos indivíduos. Esses dados contribuíram para mudar a imagem comum do autismo, considerado até vinte anos atrás como um distúrbio raro, colocando-o no centro de discussões acaloradas que ocupam frequentemente não só as páginas das revistas científicas, mas também os importantes jornais e programas de TV.

Ter uma ideia do que é o autismo não é mais uma necessidade somente de pais de crianças autistas e de profissionais do sistema educacional e de saúde. A ajuda para pessoas com autismo pode vir até de um maior conhecimento da população quanto às suas causas, características e estratégias de intervenção psicoeducacionais.

Veja-se o que diz Surian, a esse respeito:

As pessoas com autismo, mesmo na fase de crescimento, podem ser examinadas por testes objetivos que avaliam suas competências e habilidades intelectuais. Com base nessas avaliações descobriu-se que pelo menos três em dez autistas demonstram bons resultados nos testes comumente usados para estimar o quociente de inteligência (2010,p.9).

O autor acrescenta que de cada dez crianças autistas, um possui também algumas capacidades específicas desenvolvidas de forma excepcional e que essas capacidades quando possível,são valorizadas uma vez que podem ser de grande ajuda para sua futura integração social e no trabalho.

Com relação a interação social, a manifestação fundamental do autismo diz respeito à falta de interação social adequada á idade. O desenvolvimento social parece muito inadequado seja com relação às capacidades que se espera com base na idade cronológica, seja com relação àquelas que se poderia esperar com base na idade mental, quer dizer, a idade indicada no desempenho dos testes de inteligência.

Nessa linha de pensamento, Silva (2012,p. 195) afirma

Para as crianças com autismo, o diagnóstico precoce é de fundamental importância. Por isso, os pediatras precisam observá-las com muito critério desde o nascimento e, a qualquer alteração notada, devem encaminhá-las a um especialista mesmo que não tenham certeza do diagnóstico. No caso do autismo, é melhor pecar por excesso do que por negligência: isso pode mudar o rumo de uma vida.

Nesse caso o autor, defende a melhor observação do pediatra para com a criança e caso perceba alguma alteração que possa levar a um diagnóstico suspeito, indicar um especialista a fim de esclarecer qualquer dúvida, pois na dúvida é melhor a precaução do que remediar mais tarde.

Na concepção de Crespin (2004,p.30), os melhores resultados clínicos são alcançados quando o tratamento é iniciado antes dos três anos, idade na qual se pode fazer um diagnóstico definitivo. Há um consenso entre os profissionais que tratam da criança autista, em considerar, que quanto mais precoce iniciar o atendimento da criança, melhor será a evolução do caso.

Nesse contexto, a condição fundamental para a detecção e tratamento precoce dos casos de risco de autismo, é supor a existência de um sujeito no bebê, para que ele possa advir como tal. O desenvolvimento psíquico do bebê, ocorrerá a partir das experiências que ele vive e do laço que vai sendo constituído entre o bebê e a mãe. Se por um lado, os pais não supõem um sujeito capaz de responder, por outro lado, o psicanalista, por supor um sujeito capaz de realizações, possibilitará um reposicionamento, destes pais, em relação ao filho (BRASIL, 2008).

O papel do psicanalista, de acordo com Brasil (2004, p. 21), é o de intervir para que se instaurem as estruturas que suportam o funcionamento do inconsciente, pois se esta intervenção não ocorrer precocemente, o sujeito poderá não advir. A síndrome autística é consequência de uma falha no estabelecimento do laço pais-criança. Daí há que se intervir nesse laço.

Para Costa (2007,p.158), a tarefa do psicanalista, é a de permitir que um outro real consiga criar um laço com o bebê, para que mais tarde ele possa advir como sujeito. Isto significa intervir na relação do outro com a criança, relação esta que se encontra impossibilitada. Devendo considerar que, no caso de criança com risco de evolução autística, trata-se de um problema na interação, ou seja, é na relação com o outro que o sujeito se constitui, por isto, o que deve estar no centro do tratamento, é esta interação pais-bebê.

Assim, o tratamento deverá se feito do bebê junto com os pais, pois os problemas estão ocorrendo possivelmente nesta relação. O trabalho do analista, será o de estabelecer ou restabelecer uma interação. Para tal, é necessário que a mãe, o pai ou alguém da família possa funcionar como outro, permitindo ao bebê entrar no circuito pulsional ou completá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura mostra que o transtorno do espectro do autismo corresponde a uma alteração cerebral, uma desordem que compromete o desenvolvimento psiconeurológico e afeta a capacidade da pessoa se comunicar, compreender e falar, afetando seu convívio social. Estando portanto, a criança apresentando características que a deixam distante do grupo, isolada, sem muito contato, o que para alguns pode ser difícil conseguir com que a mesma interaja em sala de aula, dificultando seu desenvolvimento no processo de ensino.

Verificou-se, que o impacto emocional e financeiro dos autistas sobre a família é muito grande. Muitas famílias são desfeitas, e os pais estão muito mais sujeitos à depressão e ansiedade. Considerando que o apoio pode evitar o sofrimento e a solidão dos familiares e ampliar as possibilidades de colaboração e sucesso na assistência ao familiar com autismo. Daí a necessidade dos amigos e demais da comunidade em que a família e o autista estão inseridos procurar ajudá-los a fim de minimizar o sofrimento.

Dessa forma, ressalta-se que para atender melhor o autista e sua família é preciso uma escuta sistemática entre grupos interdisciplinares e interinstitucionais dispostos a sustentar, acompanhar e a interagir com as pessoas autistas e sua família. As pessoas tem que entender que há necessidade de maior cuidados específicos para com as crianças com necessidades educacionais especiais, as leis existem e precisam ser cumpridas a rigor. O diagnóstico é apenas o primeiro desafio que a família precisa enfrentar. Em seguida, vem o mais complicado, o tratamento. Ele tem de ser individualizado e envolve uma série de profissionais.

O autismo quando trabalhado de forma correta, tem oportunidade de apresentar resultados positivos, bastando que haja conhecimento, estudo, tolerância, paciência para com os indivíduos que apresentam este transtorno e

assim dar-lhes oportunidade de conviver no meio social em que se encontra inserido, tendo direitos iguais a qualquer cidadão brasileiro.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Gláucia Heloísa Malzoni de (2007). **Serviço Social junto a autistas e seus familiares**: Uma avaliação e proposta de intervenção. Programa de Pós Graduação em Educação Especial – UFSCar. Del PretteAutismo Brasil. Disponível em: <http://www.autismo.com.br/index.php> Acesso em: 9 ago. 2017.

ASSUMPÇÃO JR., F. B. de. **Psiquiatria infantil brasileira**: um esboço histórico. São Paulo: Lemos Editorial & Gráficos, 1995. [[Links](#)]

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DOS AUTISTAS DO PIAUÍ (AMA). Disponível em: <http://www.ama.org.br/site/pt/autismo/definicao>. Acesso em: 9 ago. 2017.

BOSA, Cleonice; CALLIAS, Maria. **Autismo**: Breve Revisão de Diferentes Abordagens. Psicologia: Reflexão e Crítica. 13,1, 167-177, Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

BOSA, Cleonice. Autismo. Atuais interpretações para antigas observação. *In*: BAPTISTA, Claudio Roberto; BOSA, Cleonice. **Autismo e Educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. **Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS**: equipe de referência e apoio matricial. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**, MEC/2008. ONU.

COSTA, Jurandir Freire. **O risco de cada um e outros ensaios de psicanálise e cultura**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COUTO, M. C. V. **Por uma política pública de saúde mental para crianças e adolescentes**. *In*: FERREIRA, T. (org.). A criança e a saúde mental: enlaces entre a clínica e a política. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2004.

CUNHA, Eugenio. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2011.

CRESPIN, G. **A clínica precoce**: o nascimento do humano. Col. Primeira Infância, org, Claudia Mascarenhas Fernandes. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

DRAUZIO, Varela. **Síndrome do Autismo**. 1.ed. São Paulo: 2014.

FRAZÃO, Arthur. **Autismo**. **Tuasaude**. Disponível em: <<http://www.tuasaude.com/autismo/>> Acesso em: 10 ago. 2017.

LIMA, R. C. **A cerebralização do Transtorno do Espectro do Autismo** . In: COUTO, M. C. V.; MARTINEZ, R. G. M. Saúde mental e saúde pública: questões para a agenda da reforma psiquiátrica. 1. ed. Rio de Janeiro:FUJB-NUPPSAM/IPUB/UFRJ, 2007,v.1,p.55-72.

KLIN, Ami. Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista brasileira de Psiquiatria**, 28(Supl I), S3-11 ed. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000500002br/pdf/jped/v80n2s0/v80n2Sa10.pdf> Acesso em: 13 ago. 2017.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático**. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

SCHMIDT, Carlo; BOSA, Cleonice. Estresse e auto-eficácia em mães de pessoas com autismo. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. 179-91, 2007.

SERRA, Dayse. **Autismo, família e inclusão**. Polêmica, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 40-56, jan./mar. 2010.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Maria Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012

SURIAN, Luca. **Autismo**: informações essenciais para familiares, educadores e profissionais de saúde.Tradução Cacilda Rainho Ferrante. São Paulo: Paulinas, 2010.

CAPÍTULO III

RELAÇÕES PÚBLICAS NA CONDUÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

RESUMO

O artigo destaca as Relações Públicas na condução da Responsabilidade Social das empresas, tendo em vista a sua importância, ser muito debatida ultimamente no meio empresarial. O objetivo do trabalho é mostrar como as Relações Públicas contribui para a manutenção da política de Responsabilidade Social da empresa e como a Responsabilidade Social é vantajosa às empresas e sociedade num todo, na medida, que para a sociedade esta política garante, a melhoria da qualidade de vida de todos. A responsabilidade social das empresas não é um assunto novo, apenas passou a ser mais comentado ultimamente e que atualmente, a sociedade está preocupada com o social, o ecológico, o humano e a valoração dos princípios básicos de convivência, como o trabalho e a existência digna poderá representar o diferencial entre o sucesso e o fracasso na atividade econômica e a inserção ou não da empresa, no contexto mundial. Nessa realidade surge as Relações Públicas como uma profissão que trabalha com comunicação, utilizando todo os seus instrumentos para administrar a relação empresa-públicos almejando o bom relacionamento entre eles.

Palavras-Chave: Relações Públicas. Responsabilidade Social. Empresas.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em Responsabilidade Social empresarial, fala-se de uma empresa que age de forma estratégica, onde são traçadas metas visando atender às necessidades sociais, de maneira que o lucro da empresa seja garantido assim a satisfação do cliente e o bem-estar social, havendo envolvimento, comprometimento, sendo os mesmos duradouros.

A Responsabilidade Social surge como um resgate da função social da empresa, cujo objetivo principal é promover o desenvolvimento humano sustentável, que atualmente, transcende o aspecto ambiental se estendendo por outras áreas (cultural, social, política, econômica), tentando superar a distância entre o social e o econômico, obrigando as empresas a refletirem seu papel e sua maneira de conduzir seus negócios.

A responsabilidade social resgata a função social da empresa, tendo por objetivo maior a promoção da qualidade nas relações públicas da empresa como

prática respeitando as pessoas, a comunidade e o meio ambiente, para a construção de uma sociedade mais justa e qualitativamente melhor para o viver humano, com atividade mais condizente com os ditames sociais e legais hoje estabelecidos em propriedade imposta pela Constituição Federal e pelo mercado.

Nesse sentido, o trabalho objetiva mostrar como as Relações Públicas contribui para a manutenção da política de Responsabilidade Social da empresa e como a Responsabilidade Social é vantajosa às empresas e sociedade num todo, na medida, que para a sociedade esta política garante, a melhoria da qualidade de vida de todos; conhecer a origem da responsabilidade social das empresas; os objetivos e benefícios adquiridos pelas empresas com a prática social.

Justificando a escolha do tema, a intenção de mostrar a forma como a manutenção da política de responsabilidade social é vantajosa às empresas e sociedade num todo, na medida, que para a sociedade esta política garante, a melhoria da qualidade de vida de todos inseridos nesse processo, funcionários, comunidade e a sociedade em geral, gerando novas oportunidades de negócios, um marketing social bastante favorável, a diferenciara positivamente de sua concorrente, tudo isso gerando lucro.

Dessa forma optou-se pela elaboração do trabalho através da revisão bibliográfica cujos teóricos Cabrero e Cabrero (2009), Fortes (2003), Gruning et al (2009) Kotler (2000), Simões (2009) e outros serviram de embasamento para sua produção. Assim, o trabalho contemplou os tópicos: Responsabilidade social das empresas; Considerações acerca das relações públicas; Relações públicas e a responsabilidade social da empresa.

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

A responsabilidade social das empresas não é um assunto novo, apenas passou a ser mais comentado ultimamente. Os primeiros conceitos foram abordado em 1899, por Andrew Carnegie no livro “O Evangelho da Riqueza”, cuja visão se baseava nos princípios de caridade e custódia.

O princípio da caridade exigia que membros mais afortunados da sociedade ajudassem os menos afortunados. Já o princípio da custódia possui características tiradas da Bíblia, exigia que as empresas e as pessoas mais ricas se vissem como fortes guardiões que mantivessem suas propriedades em custódia para benefício da

sociedade como um todo. As duas dimensões eram paternalistas e com cunho religioso muito.

Conforme Alves (2003, p.37) do ponto de vista econômico, argumenta que a atual preocupação com a Responsabilidade Social das empresas foi provocada por vários acontecimentos ao longo da história. Ele explica que entre as décadas de 30 e 70:

A economia mundial e dentro dela a economia brasileira, atravessaram um longo ciclo de expansão, tendo como um de seus pilares a forte presença do Estado. Durante quase três décadas acreditava-se que os trabalhadores e a sociedade de forma geral não podiam prescindir da proteção que o Estado do bem-estar social poderia e deveria proporcionar.

Em outras palavras, Alves, quis dizer que a forte presença do Estado na economia mundial e brasileira no período compreendido entre as décadas de 30 e 70 não se observava a preocupação com o bem-estar social, ficando desprotegido dos benefícios dos quais a população tinha direito.

Na visão de Carnegie (1993) apud Alves (2003, p.38) mesmo os países que defendiam o liberalismo econômico possuíam “políticas claras de proteção e incentivo ao emprego, aos salários, aos desempregados e aposentadorias dignas”. Até essa época as atividades visando a responsabilidade social eram realizadas na forma de filantropia, que consiste no auxílio dos mais afortunados aos menos desvalidos.

No caso brasileiro, a partir da década de 80, o país deixa de ter como “tendência predominante o crescimento econômico, quebrando por alguns períodos de recessão e passa a ter como tendência predominante à recessão quebrada por curtos períodos de crescimento, paralelamente a isso a pressão inflacionária se expande e há queda na taxa de investimento”.

Alves (2003) acrescenta que na década de 90 a situação se torna ainda pior, há o aumento de capitais disponíveis advindos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, mas os países receptores dessas verbas precisariam reformular sua economia para permitir o “ingresso de bens importados, ou liberalização das importações, chamada de inserção internacional competitiva”.

Para tanto, algumas medidas foram adotadas: “desregulamentação financeira e comercial; abertura de mercado interno às importações, sem contrapartida de exportações; reformulação do papel do Estado, com sucateamento e redução de investimentos nas áreas sociais, privatização das estatais, elevação de

receitas”. Assim houve uma quebra do Estado e se passou a gerir a economia baseada em imperativos financeiros que depois de algum tempo trouxe consigo vários problemas sociais (ALVES, 2003).

Reafirmando as palavras do autor, a partir da década de 80, presencia-se no Brasil a expansão da inflação acompanhada pela queda da taxa de investimento. Esses fatos foram provocados por alguns períodos de recessão na economia do país.

Nessa época registram-se movimentos sociais na tentativa de aproximar o empresariado a realidade do país em se tratando da exclusão social, como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), tendo como um dos fundadores o sociólogo Betinho – *Herbert* de Souza, que encabeçou campanhas de combate à fome, incentivou a divulgação dos balanços sociais e muitos outros movimentos.

O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) surgiu logo depois incentivando ainda mais as empresas a se preocuparem com o social. Em 1998 foi fundado o Instituto *Ethos* de Responsabilidade Social, fazendo o caminho inverso procurando aproximar as pessoas das ações sociais realizadas pelas empresas, através de publicações, seminários, palestras e congressos (ALVES, 2003).

Para Kotler (2000,p.47),:

A responsabilidade social das empresas para com os consumidores e a sociedade é descrita na orientação de marketing societal a qual exige que as organizações incluam considerações sociais e éticas em suas práticas de marketing equilibrando objetivos frequentemente conflitantes como o lucro dos acionistas a satisfação dos consumidores e o interesse público.

Entende-se que para Kotler, a satisfação dos consumidores e interesse público devem estar presente na orientação do marketing societal, mostrando que a tarefa da organização é determinar as necessidades, os interesses e os desejos dos mercados-alvo, e oferecer as satisfações desejadas mais eficaz e eficientemente do que a concorrência, de uma maneira que preserve ou melhore o bem-estar do consumidor e da sociedade.

Melo Neto e Froes (2001) expressam que atualmente há predominância de ações sociais externas, voltadas para a sociedade ou para a comunidade local, sobre as de caráter internos cujo alvo são os funcionários e seus familiares. Os

autores lembram também que grandes organizações criaram suas fundações e atual socialmente na área de educação, como é o caso da Fundação Bradesco; e que prevalece no país o padrão assistencialista em ações sociais, em especial junto a empresa de pequeno e médio porte, apesar de as grandes empresas já terem identificado a importância de ações sociais sustentáveis.

Sobre o assunto, Maximiano (2011) afirma, a ideia de responsabilidade social, mesmo não sendo nova conquistou mais força diante a deterioração dos ecossistemas, provocado pela poluição, estimulando debates a respeito dos benefícios e malefícios da sociedade industrial.

Os resultados desagradáveis da industrialização despertaram a consciência ecológica de alguns segmentos sociais e incentivam o aparecimento de grupos ativistas preocupados em lutar contra as atitudes irresponsáveis de certas empresas para com a sociedade ou mesmo, ramos de negócios, como os caçadores de baleias, os madeireiros e a indústria de peles de animais.

Queiroz e colaboradores (2014) afirmam que as empresas divulgam suas ações em mídias sociais, e tornam-se cada vez mais visadas pelo público, suas ações são vinculadas à imagem da empresa, e passam a ser referência no mercado gerando um diferencial a competir com outras organizações

CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

Apesar de existir desde os primórdios da Humanidade em sua essência, a atividade de Relações Públicas (promover o diálogo entre os vários públicos) tomou um formato e ganhou nomenclatura a partir da ideia inicial de Ivy Lee , que abriu os olhos dos empresários norte americanos do capitalismo selvagem início do século XX (GOMES, 2000)

Sob protestos da comunidade que não se contentava em pagar de seu bolso a infeliz declaração de um destes primeiros barões do livre mercado (O público que se dane!) , este jornalista implantou uma nova ótica de correção da atitude para com a Opinião Pública e de divulgação de informações favoráveis às empresas, para a imprensa informativa, e não via matéria paga.

Gomes (2000) acrescenta que no Brasil do início do século XX , a Relações Públicas surgiu primeiramente em São Paulo, com o Primeiro Departamento de Relações Públicas , instituído pela São Paulo Light - Serviços de Eletricidade. No entanto, somente em 1954 surgia a Associação Brasileira de Relações Públicas

(ABRP). A profissão de Relações Pública foi devidamente disciplinada , pela lei 5377, de 11 de dezembro de 1967 e aprovada pelo Decreto 63 283 de 26 de setembro de 1968. E no dia 04 de maio de 1972 , pelo decreto Federal no 68.582 é regulamentada a profissão , criando-se o Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas - CONRERP (Romildo Fernandes , um dos fundadores e diretor da ABRP em “R.P. A Arte e a Ciência de Negociar com as Pessoas”)

Corroborando com a citada autora, a profissão de Relações Públicas foi regulamentada no Brasil desde 1967, mas foi a partir do século XXI que começou a adquirir mais importância no mercado de trabalho e cada vez mais se torna uma profissão indispensável dentro das empresas (CEZIRA; POLESI, 2014).

Conforme as autoras, o profissional de relações públicas se comunica com funcionários, acionistas, mídia, comunidades, governos, consumidores, portanto, é ele quem cuida da qualidade das relações estabelecidas entre a organização e seus diversos públicos, buscando a integração dos objetivos de ambos é função primordial do profissional de relações públicas cuidar, e muitas vezes colaboram para criação da imagem da organização, tendo em vista a comunicação interna e externa. “A velocidade da informação está cada vez mais ágil, e tudo acaba girando em torno da comunicação (CEZIRA; POLESI, 2014).

Cesca (2000,p.22) explica que relações públicas é uma profissão que trabalha com comunicação, utilizando todo os seus instrumentos para administrar a relação empresa-públicos almejando o bom relacionamento entre eles.

As Relações Públicas têm como função manter adequadas as relações da organização com os seus vários públicos. Sua prática têm por objetivo analisar tendências, prevendo possíveis consequências e estabelecimento de programas de ação visando servir os interesses da empresa, organização ou instituição com seus públicos (CABRERO;CABRERO, 2001,p.20).

Ficou entendido que Cabrero e Cabrero aduzem que na prática, as Relações Públicas procuram seguir as tendências do mercado com a finalidade de atender os interesses da empresa, sempre procurando adequação com os variados públicos.

Em se tratando de público e fazendo referências a Opinião Pública na atividade de Relações Públicas, a mesma se forma paralelamente aos públicos, cujos são a finalidade das atividades de Relações Públicas. Considerada como a causa e efeito da atividade de Relações Públicas, a Opinião Pública para ser compreendida pelo Relações Públicas necessita de um levantamento prévio explicando o contexto em que

se formou, e qual o seu interesse para a organização, empresa ou instituição em questão (FORTES, 2003,p.31).

As relações públicas visam harmonizar o interesse das organizações com os públicos impulsionando seu desenvolvimento tecnológico, pois a principal função da atividade é criar um bom entendimento entre patrões e empregados e uma relação cooperativa entre política institucional e as atitudes de seus públicos, transformando, desenvolvendo e aprimorando ambos, a fim de atingir um clima harmônico resultando no bem comum, ou seja, o propósito é de cooperar para melhorar a sociedade ajudando-a a transpor barreiras econômicas e sociais, impulsionando ainda mais o desenvolvimento tecnológico da humanidade, objetivo que vem ao encontro da Responsabilidade Social (TERRA,2004).

RELAÇÕES PÚBLICAS E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA

Sabe-se que a comunicação interna é de extrema importância para que todos os funcionários e diretores estejam alinhados com a política de gestão da empresa de forma que reflitam para o público externo uma conduta homogênea. Já na comunicação externa, é importante para estreitar relacionamentos e passar a imagem desejada da empresa e prevenir futuras crises (CEZIRA; POLESI, 2014).

Nessa realidade, atualmente empresas buscam maneiras inovadoras de conquista e tornar o cliente fiel a sua marca. Mas, para isso é preciso de uma equipe que saiba “como” e o “que fazer”.

De acordo com Simões (2009,p.148):

O profissional de Relações Públicas neste caso compete a essa tarefa conhecido por ser estrategista, estudando profundamente, analisando a organização e conseqüentemente procurando estabelecer estratégias para alcançar os objetivos, a chamada assessoria de comunicação. Por essas razões que o profissional de Relações Públicas tem por objetivo, a cooperação mútua entre as partes do sistema organização-públicos, visando à consecução da missão organizacional.

Vê-se então, que para o autor, o profissional de Relações Públicas precisa ser um estrategista que tem a competência de analisar bem a empresa em busca de estratégia a fim de conseguir atingir os objetivos propostos.

Segundo Ribeiro (2010, p. 129) “no âmbito organizacional, um dos fatores cruciais para o alcance dos objetivos institucionais e pessoais é a comunicação, especialmente a circulação e a difusão da informação”. Nesse sentido, o responsável pelos Recursos Humanos (RH) da empresa precisa estar atento às

formas de processamento, decodificação e reinvenção da informação de modo que se garanta o equilíbrio das relações intrapessoais e interpessoais no contexto institucional.

Nesse contexto, as empresas que se interessam em implementar práticas socialmente responsáveis devem redefinir os seus modelos de gestão, identificando as principais mudanças a serem realizadas em todos os âmbitos que lhes são cabíveis, como suas políticas e processos internos. A introdução inicial da Responsabilidade Social da Empresa é um olhar voltado para dentro da organização, que pretende traçar o modo com que irá conquistar seus objetivos.

A conquista das metas e objetivos empresariais envolvem questões estratégicas e, no cenário descrito, exige um perfil de profissional atento às mudanças do cenário competitivo e às relações entre os públicos de interesse com as empresas. A noção de que relações públicas deveriam ser estratégicas é amplamente aceita entre os profissionais e ser estratégico envolve enxergar oportunidades nas mudanças de cenário (GRUNIG, 2009,p.71).

Grunig atenta para uma das principais características do Relações Públicas que é a estratégia, tendo aceitação pelos profissionais, diante da necessidade de constatar as oportunidades que o cenário apresenta.

Comungando do mesmo pensamento, Marchiori (2008,p.34) esclarece que além de estrategista o relações públicas desenvolve “uma atividade analisa, interpreta e avalia opiniões e expectativas, além de estimular o desenvolvimento de processos de mudança dos públicos e também da própria organização.

Os processos de mudanças geridos por um relações públicas, em sua essência, lidam com processos atrelados aos objetivos, missão, visão e valores de uma organização. As práticas das Relações Públicas ajudam, a partir de uma análise de cenários, a compreensão do todo, uma vez que mantém a relação a organização com seus diversos públicos e estes, por sua vez possuem necessidades e perfis distintos que, quando atendidos, fortalece a imagem institucional da empresa perante eles.

A comunicação organizacional é um processo indispensável sem a qual não existe harmonia, relações e práticas dentro da organização. Pode ser vista, portanto, como um pilar que sustenta todos os processos organizacionais, priorizando sua qualidade e visão global do cenário. “Comunicação é um meio para se alcançar a cooperação e senso de objetivo comum. Comunicação é, assim, o coração das

situações, como a efetividade e eficiência organizacional (BARNARD, 1990,p.82,apud MACHIORI,2008,p.157).

Dessa forma fica entendido a importância da comunicação organizacional para a empresa, pois uma boa comunicação, contribuir na promoção da agilidade e compreensão entre todos os componentes da empresa que juntos poderão atingir com mais facilidade os objetivos propostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo conclui-se que, as Relações Públicas exerce um papel fundamental na organização da empresa, e que o profissional que abraça essa função deve estar apto para trabalhar em prol dos interesses do empregadores tanto quanto da comunidade em geral e de todos os grupos ligados as ações das empresas.

O estudo mostrou que o Relações Públicas deve ser um bom estrategista, estudando e analisando a empresa, para elaborar estratégias que a faça alcançar os objetivos propostos, e assim conseguir manter uma comunicação eficaz dentro da mesma.

Quanto a Responsabilidade Social da empresa, tem sido uma preocupação das empresas ultimamente, cujas procuram desenvolver ações voltadas para a preservação do meio ambiente e em prol da comunidade. A preocupação em preservar o meio ambiente tem levado muitas empresas a realizar campanhas favorecendo a ação de responsabilidade social, sempre procurando evitar prejuízos à sociedade. Bem como investir em projetos e ações que beneficie a comunidade na qual se encontra inserida.

O estudo comprovou que as empresas buscam sucesso econômico sustentável apoiando na vantagem da responsabilidade social, o que reforça a imagem da empresa no meio social em que se encontra inserida e, que através da ética aplicada na empresa as chances de crescimento serão bem maiores, tendo em vista o reconhecimento pelo público, clientes e funcionários.

Diante do exposto considera-se que os objetivos propostos foram atingidos pois mostrou-se como as Relações Públicas contribui para a manutenção da política de Responsabilidade Social da empresa e como a Responsabilidade Social é vantajosa às empresas e sociedade num todo; Conheceu-se a origem da

responsabilidade social das empresas tendo sido os primeiros conceitos abordados em 1899, por Andrew Carnegie no livro “O Evangelho da Riqueza”, cuja visão se baseava nos princípios de caridade e custódia.

Também foram identificados os objetivos e benefícios adquiridos pelas empresas com a prática social dentre os quais podem ser destacados a boa imagem da empresa perante o meio social em que se encontra inserida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elvisney A. Dimensões da responsabilidade social da empresa: uma abordagem desenvolvida a partir da visão de Bowen. **Revista da administração da USP**. São Paulo/SP, v.38, n.01, jan-mar, p. 37-45. 2003.

CABRERO, José Daniel Barqueiro. CABREIRO, Mário Barqueiro. **O livro de ouro das Relações Públicas**. Porto: Editora Porto, 2001.

CESCA, Cleusa. **Estratégias empresarias diante do novo consumidor**: relações públicas e aspectos jurídicos. São Paulo: Summus, 2000.

CEZIRA, Bianca.; POLES, Fernanda. **A importância de um Relações Públicas dentro da empresa**. (2014). Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em: <<http://portal.metodista.br/rpcom/carreiras>> Acesso em: 15 jul.2019.

FORTES, Waldyr Gutierrez. **Relações Públicas**: processo, funções, tecnologia e estratégias. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

GOMES, Juliana. **A história das Relações Públicas e sua importância hoje**. Portal do Marketing.(2000). Disponível em: <<http://www.portaldomarketing.com.br/>> Acesso em: 18 jul.2019.

GRUNIG, James E., FERRARI, Maria Aparecida, FRANÇA, Fábio. **Relações Públicas**: teoria, contexto e relacionamento.1.ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2009.

KOTLER, Philip. **Administração De Marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

MARCHIORI, Marlene. **Comunicação Interna**: um olhar mais amplo no contexto das organizações. (2008). Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/>> Acesso em: 18 jul.2019.

MAXIMIANO, Antônio Carlos Amaru. **Introdução a Administração**.8.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MELO NETO, Francisco Paulo de.FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa**: o caso brasileiro. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2001.

QUEIROZ, Sara Gomes de; ESTENDER, Antonio Carlos., GALVÃO, Margareth Galvão. **Responsabilidade Social**: uma Estratégia para as Empresas Se Destacarem no Mercado. XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Outubro, 2014. Disponível em:
<<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/1002076.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2019.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas**: função política. São Paulo: Summus, 2009.

TERRA, Carolina Frazon. **Tudo pelo social**: A Responsabilidade Social como uma das atribuições de Relações Públicas. Monografia do Curso de Pós-Graduação Lato Senso Gestão Estratégica de Comunicação e Organizacional e Relações Públicas da Universidade de São Paulo. 2004.

CAPÍTULO IV

COMO DETECTAR E TRABALHAR COM CRIANÇAS PORTADORAS DE TDHA

RESUMO

O presente artigo aborda o tema Como Detectar e Trabalhar com Crianças Portadoras de TDHA, tendo em vista que a maioria dos professores não conseguem detectar este transtorno pelo fato de não conhecerem seus sintomas confundindo com atos indisciplinados. Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa descritiva, tendo como embasamento os autores Barkley (2009), Gentile (2000), Ronde e Mattos (2003) Pinheiro (2006) e outros. Os resultados da pesquisa mostraram que o TDAH é considerado como transtorno de "base orgânica", associado a uma disfunção em áreas do córtex cerebral, conhecida como Lobo Pré-Frontal e quando seu funcionamento está comprometido, ocorrem dificuldades com concentração, memória, hiperatividade e impulsividade, originando os sintomas do TDAH. A família que possui criança com TDAH deve procurar ajuda a profissionais qualificados para que possa orientá-la no sentido de compreender e aceitar os desafios apresentados no convívio com a criança. Por outro lado, os professores e todos aqueles que compõem a escola também devem tomar conhecimento sobre o transtorno, conhecer seus sintomas e, procurar ser mais paciente, tolerante com determinadas atitudes da criança, não rejeitá-la, achando que ela é indisciplinada ou mal educada. Deve-se também adotar estratégias que motivem a criança a aprendizagem para que não fique desconcentrada, inquieta. Ressaltando que a pesquisa foi de grande relevância para nossa vida profissional pois serviu de reflexão para nossa prática em sala de aula com crianças acometidas deste transtorno.

Palavras chave: TDAH. Parceria Família e Escola. Aprendizagem Significativa.

INTRODUÇÃO

O transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) é um transtorno de "base orgânica", associado a uma disfunção em áreas do córtex cerebral, conhecida como Lobo Pré-Frontal. Quando seu funcionamento está comprometido, ocorrem dificuldades com concentração, memória, hiperatividade e impulsividade, originando os sintomas do TDAH - déficit de atenção, hiperatividade e impulsividade.

Normalmente, em atividades como estudo, leitura ou outras que exijam concentração, o cérebro aumenta os níveis de ativação, justamente para dar conta das exigências. Nos casos típicos de TDAH, a característica psicofisiológica mais comum é a hipofunção / hipoativação do córtex pré-frontal, na qual uma quantidade significativa de neurônios pulsam mais devagar que o esperado, especialmente quando as circunstâncias exigem maior esforço mental e, portanto, maior ativação.

Imagens funcionais do cérebro mostraram menor ativação das áreas frontais em portadores de TDAH, especialmente ao tentar concentrar ou realizar esforço

mental. Estes desequilíbrios estão relacionados à ação de neurotransmissores, que por sua vez determinam os disparos elétricos dos neurônios. Apesar de não haver certeza sobre as causas destas alterações, estudos já apontaram forte correlação entre TDAH, tanto na forma de déficit de atenção quanto de hiperatividade e impulsividade, com hereditariedade. (Imagens: Clínica Amen, EUA / Brookhaven National Laboratory).

Diante desse pressuposto, o objetivo do trabalho foi analisar as dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelas crianças com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade, procurando conhecer as causas e consequências do transtorno no contexto escolar e examinar as estratégias metodológicas utilizadas para trabalhar com crianças com TDAH.

Justifica-se a escolha do tema o fato de perceber que muitos professores não estão preparados para ensinar crianças com este tipo de transtorno, confundindo inclusive suas ações com atos indisciplinados, então, despertou-nos o interesse em pesquisar estratégias para amenizar a angústia tanto dos professores como dos alunos durante as aulas. Para tanto a pesquisa contou com o embasamento dos teóricos Barkley (2002), Benckik (2000), Goldstein (2009), Rhode e Mattos (2003) Silva (2003), Gentile (2000) e outros que deram suporte para a realização da mesma.

1 TRANSTORNO DE DÉFICT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE: ENFOQUES GERAIS

O Transtorno de déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), “é um transtorno de desenvolvimento do autocontrole que consiste em problemas com os períodos de atenção, com o controle do impulso e com o nível de atividade”. Porém ele é real, é um transtorno neurológico, que pode ser confundido com um ato de maldade, desgosto ou irritação para os pais, professores, familiares e amigos (BARKLEY, 2002).

Corroborando com o autor, Gentile (2000), acrescenta que esse comportamento, geralmente confundido com indisciplina, é característico de um distúrbio de atenção que, atinge 5% das crianças e adolescentes de todo o mundo. Conhecer os sintomas e aprender a lidar com esse problema é uma obrigação de qualquer professor que não queira causar danos a seus alunos, afirma a autora.

O referido transtorno também pode ser chamado de Distúrbio do Déficit de Atenção (DDA), pois conforme Silva (2003, p.20):

O comportamento DDA nasce do que se chama **tiro de base alterada**. É a partir desse trio de sintomas – formado por alterações da atenção, impulsividade e da velocidade da atividade física e mental – que se irá desenvolver o universo DDA, que, muitas vezes, oscila entre o universo da plenitude criativa e o da exaustão de um cérebro que não para nunca.

Conforme afirma a supracitada autora, a atividade mental da criança que apresenta este transtorno se encontra em constante atividade, que por sua vez oscila entre a criatividade e a exaustão. Portanto, mesmo que a criança tenha esse transtorno ela pode sim, ser uma criança caritativa e inteligente basta ser entendida e ajudada.

1.1 As possíveis causas do TDAH

As pesquisas têm apresentado como possíveis causas desse transtorno a hereditariedade, problemas durante a gravidez ou no parto, exposição a determinadas substâncias (chumbo), ou problemas familiares como: família desajustada, algum grau de discórdia conjugal, baixa instrução, famílias com baixo nível sócio-econômico, ou famílias com apenas um dos pais.

Em seu estudo, Barkley (2002, p. 87) relata:

Com relação ao meio ambiente as substâncias que podem contribuir para crianças serem portadoras do TDAH são: o fumo, o álcool e exposição ao chumbo. O autor coloca que o fumo e o álcool causam anormalidades na região frontal do cérebro de crianças. O álcool apresenta às características do comportamento com 'hiperatividade e falta de atenção'.

Dessa forma, entende-se que os fatores citados pelo autor podem estar influenciando para que a criança adquira este transtorno, destaque para o álcool e o fumo que ultimamente tem aumentado o consumo entre as mulheres e algumas até mesmo durante a gestação não se incomodam de fazer uso dos mesmos.

Enquanto a exposição ao chumbo também causa lesão ao cérebro, e estas crianças expostas foram classificadas como: desatentas, distraídas, impulsivas e hiperativas. Barkley em suas pesquisas mostra que o álcool, o fumo e o chumbo "é uma toxina para o cérebro que causa a desatenção e a hiperatividade" (2002, p. 88).

Corroborando com o autor citado, Goldstein (2002) afirma que alguns fatores ambientais podem propiciar o agravamento do TDAH quando em condições favoráveis, por isso as causas do TDAH são de uma vulnerabilidade herdada ao

transtorno que vai se manifestar na sua maioria de acordo com a presença de desencadeadores ambientais.

No entanto, referindo-se a hereditariedade, pais biológicos hiperativos possuem uma predisposição ou influência genética também de ter filhos com o mesmo transtorno. Barkley (2002, p. 102) afirma que “os fatores neurológicos geneticamente determinados como a causa mais importante na explicação da extensão do TDAH na população”.

Durante muitos anos, ficou claro que os familiares biológicos de uma criança com esse transtorno apresentavam problemas psicológicos dos mais diversificados – particularmente depressão, alcoolismo, transtornos de conduta ou comportamento anti-social e hiperatividade – do que os familiares de crianças sem esse transtorno. Tais pesquisas sugerem que deve haver predisposição genética para o mesmo.

Diante dessa realidade, o que se observa com frequência são pais que reclamam da agitação do filho, sua inquietude, desatenção, enquanto os professores queixam-se de que seus alunos não obedecem a ordens, atrapalham as aulas e não prestam à atenção. Dessa forma, o aluno é considerado pelo professor como indisciplinado, sem educação. O tratamento para esse tipo de transtorno é multidisciplinar e conta com o direcionamento das áreas cognitiva, emocional, social e pedagógica a fim de evitar transtornos sociais que podem aparecer ou não no decorrer do processo evolutivo da criança.

Nesse contexto, vale ressaltar artigo publicado por Ricardo Arnt, na Revista Isto É (2013, p. 114) onde relata:

Pequenas famílias urbanas, com pais e mães atarefados que sofrem com culpas pelo pouco tempo dedicado aos filhos, crianças criadas em apartamentos consumindo informação fragmentada por tevê, celulares e internet, e dietas ricas em conservantes, corantes e vitaminas, capazes de levar os calminhos a condutas impulsivas, seriam os fatores que, segundo especialistas, induziriam à emergência de uma geração de crianças desconcentradas e hiperativas, portadoras do “transtorno de déficit de atenção com ou sem hiperatividade”(TDAH) – o mal estar da hora

Antigamente brincava-se a maior parte do tempo até os 12 anos. Hoje em dia, muito antes dessa idade meninos e meninas já aprendem idiomas, pilotam todo tipo de aparelhos eletrônicos e são estimulados a se preparar para o mercado de trabalho. Haja foco para atender a tanta demanda. Não por acaso, depois dos Estados Unidos o Brasil é o segundo consumidor mundial do psicoestimulante Ritalina, principal medicação contra a TDAH. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o consumo de remédios à base de metilfenidato(Ritalina,

Ritalina LA e Concerta) por crianças e adolescentes de 6 a 16 anos cresceu 75% no país, entre 2009 e 2011.

Nos Estados Unidos, o déficit de atenção ganhou status de epidemia. Em 2002, Congresso americano criou uma comissão de inquérito para averiguar se as crianças “desatentas” estavam sendo supermedicalizadas. Em 2007, o dia 19 de setembro foi declarado “Dia Nacional da Conscientização do TDAH”.

Parece haver consenso de que as crianças atuais são mais dispersas, desconcentradas e imaturas do que as da geração anterior, que também foi acusada da mesmíssima coisa pelos pais. Entretanto, de acordo com os dados globais da Organização Mundial da Saúde, a TDAH propriamente dita atinge apenas 3% a 5% das crianças e 2% a 4% dos adultos

Ainda Ricardo Arnt, descrita em 1902, essa é uma síndrome nada moderna. Surge na infância e permanece, em metade dos portadores, durante toda a vida. Trata-se de um distúrbio neurobiológico derivado de uma predisposição genética, na de um mal estar social. Tanto que os percentuais de ocorrência se repetem em países pobres e afluentes, rurais e urbanos, com ou sem banda larga, pendurados em celulares ou não.

O mal estar pode estar no diagnóstico. Crianças com dificuldades de atenção, de organização, de memória e de planejamento precisam de cuidado familiar, não de remédios. A dinâmica social acelerada pode não ser a causa, mas o espelho de sociedade estressadas e exigente. Nesse sentido, a TDAH também pode ser um invenção social para “absorver” pais ansiosos de crianças problemáticas, mal-educadas ou rebeldes.

Dada sua incontestável eficácia no tratamento da doença, a Ritalina vem sendo desvirtuada, usada por estudantes em provas, vestibulares e concursos públicos. Virou droga dos concurseiros, a suposta “pílula da inteligência”, mas não há matéria apreensível sem estudo. Já o abuso da medicação pode desorganizar a criança, tornando-a mais inquieta, angustiada e confusa. Atenção com a droga da atenção. Sobretudo para não prejudicar os que realmente precisam dela (RICARDO ARNT, 2013).

Diante da exposição do artigo, discorda-se em parte do escrito, tendo em vista que no decorrer da pesquisa viu-se que autores como Barkley, Gentile e Goldstein afirmam ser este um transtorno neurológico, podendo apresentar agressividade, irritação e outros sintomas. Acredita-se na veracidade dos mesmos

por serem estudiosos especialistas neste tipo de transtorno e por vivenciar casos em que foram diagnosticados alunos com TDAH. Não se sabe ao certo até que ponto vai o conhecimento de Ricardo Arnt sobre o TDAH, e em que o mesmo se baseou para elaborar o artigo a esse respeito.

Contudo, não se descarta a possibilidade em alguns casos ser verdade o que ele escreveu pois algumas crianças por serem mais danadas, inquietas, sem limites, os professores e até mesmo os pais acharem que tem TDAH. Quando na realidade, as mesmas ficando trancadas em apartamento ou casas, vendo TV, sem ter contato com outras crianças, quando chega a escola começam a se soltarem fazendo o que os adultos não querem aceitar, não tem paciência, muito menos compreensão, sendo mais simples afirmar que o aluno tem TDAH.

Dessa forma, deve-se ter bastante cuidado antes de tomar determinadas atitudes que vá trazer prejuízo ao aluno. Sugere-se chamar os pais e juntos tentar encontrar a melhor solução para resolver a situação, mesmo porque os pais são os responsáveis pela criança. Cabe ao professor relatar as ações, comportamentos do aluno e aguardar as medidas que os pais irão tomar.

1.2 A família e a criança com (TDAH)

Cuidar de um indivíduo com TDAH é uma tarefa árdua e difícil, para Goldstein(2009, p.111), os pais das crianças com TDAH devem ser pacientes persistentes e orgulhosos. Devem estar dispostos a ter paciência para instruir os professores sobre os distúrbios de atenção da infância e oferecer recursos compreensão e apoio.

Para Ronde e Mattos (2003), o primeiro passo que a família deve dar para ajudar é conhecer esse transtorno, suas causas, como ele se manifesta e como lidar, precisa aceitar que esse transtorno é um problema real e que precisa ser direcionado, além do mais, necessita buscar recursos para orientar o comportamento da criança.

Os pais das crianças hiperativas devem ser presentes em seus esforços de ajudar seu filho a obter sucesso na escola, devem aprender a transpor os obstáculos e assumir compromissos, além de reconhecer quais tipos de intervenção são possíveis de serem executadas pelos professores e pelos educadores especiais.

Lembrando que não é fácil conviver com uma criança imperativa, pois em sua agitação ela consegue transformar a rotina de todos aqueles que dela se aproxima e

convive no dia a dia. O convívio familiar é totalmente alterado, pais, irmãos, tios, amigos, muitas vezes ficam sem saber o que fazer diante de tais situações que se apresentam.

Crianças agitadas ou desatentas sempre causam preocupação, por essa razão, antes de atribuir a eles algum tipo de perturbação, faz-se necessário observá-los atentamente já que há uma variável de componentes sociais que podem levar uma criança a manifestar-se de modo não convencional.

Conforme Pinheiro (2007), esse transtorno não é o único fator que contribui para a permanência ou agravamento dos sintomas do mesmo, também os pais sem perceber podem estar contribuindo para a situação quando grande parte dos comportamentos destas crianças são mantidos pela falta de habilidade de pais que não sabem lidar com a situação.

Nessa mesma linha de pensamento, Borges (1997) afirma que o comportamento, agitado da criança que antes era tolerado pela família passa a ser inconcebível quando ela inicia a escolarização, por ser a escola o primeiro espaço estruturado e com regras de comportamento. É a escola que geralmente detecta esses distúrbios na criança e sugere aos pais que procurem ajuda especializada, médicos e psicólogos, tentando enquadrá-las no esquema de ensino e aprendizagem, pois as dificuldades da criança tende a se acentuar na escola, porque ela se mostra excessivamente ativa, demonstrando dificuldade a motivação, e a capacidade de esperar, também tende a acentuar o mau rendimento escolar ocasionando mudança de escola e até evasão escolar.

Diante das dificuldades apresentadas em conviver com a hiperatividade, Barkley criou vários princípios para ajudar os pais que tem crianças com TDAH. Veja-se alguns deles:

- ✓ Dê respostas e resultados imediatos: “Qualquer tipo de resposta [...], quanto mais imediatamente for fornecida mais eficaz será” (BARKLEY, 2002, p.158). Essas respostas e resultados podem ser positiva ou negativa, ou seja, quando a criança estiver fazendo tarefas longas e tediosas cabe aos pais fazer elogios expressando que tudo aquilo que está fazendo é bom e positivo, porém, quando for algo negativo, fale para ela sobre o que aconteceu e explique porque não é legal determinado comportamento. Barkley esclarece que só elogios não resolvem, é necessário que haja recompensas.

- ✓ Resultados mais potentes e abrangentes: Seu filho com TDAH requer resultados mais potentes e abrangentes do que outras crianças para encorajá-la a realizar trabalhos, seguir regras ou se comportar bem..
- ✓ Incentivos antes de punir: Punição, quando usada isoladamente ou na relativa ausência de recompensa e respostas positiva, não é muito eficiente para mudar o comportamento. Punir o hiperativo com muita frequência vai aumentar o grau de desobediência, pois o portador de TDAH necessita de estímulos para mudar e melhorar seu comportamento. Barkley ainda diz que para cada uma punição para cada duas ou três situações de elogios e recompensa
- ✓ Exteriorize a informação importante no ponto de performance. Repasse com seu filho as regras de boa convivência antes de sair de casa, para que assim você possa evitar do mesmo se tornar desagradável para com os outros.
- ✓ Exterioze a fonte de motivação no ponto de performace. Essas crianças precisam de um estímulo externo para poder se comportar devidamente, como um brinquedo ou bombons por ter cumprido alguma regra.
- ✓ Não fale muito, aja!. É importante que os pais tenham mais ação do que palavras. Para o hiperativo as ações funcionam melhor do que as palavras.
- ✓ Não personalize os problemas ou transtornos de seu filho. Não fique se culpando quando alguma der errado, pense que foi só por um momento que isso aconteceu, mas logo vai melhorar (BARKLEY, 2002, pg.158-164)

Entende-se que para os pais conviver de forma positiva, sem se alterar e nem perder a paciência com crianças que apresentam TDAH os cuidados precisam ser redobradas, pois muitas vezes chega-se a perder a paciência diante de certa inquietação e desobediência de crianças que não possuem transtornos, imagine com crianças com TDAH que requer muito mais equilíbrio emocional da parte do adulto.

Também Goldstein (2009) elenca alguns passos para serem seguidos pelos pais para um bom desempenho com as crianças com TDAGH; é necessário que os pais saibam distinguir desobediência de incapacidade, atuar de forma positiva, promover o sucesso através de intervenções.

Acredita-se que todos estes princípios sugeridos por Barkley, os ensinamentos elencados por Goldstein sejam bastante positivos e podem ajudar não apenas as famílias de crianças com TDAH, mas também aos professores e todos aqueles que fazem parte de seu convívio. Adotando essas providências, os pais terão mais sucesso na relação familiar com seu filho.

1.3 Criança com TDAH no contexto escolar

As escolas estão exigindo cada vez mais de crianças em idades cada vez menores. É importante que os pais e professores entendam a mecânica do sistema educacional e as razões pelas quais as crianças têm uma alta probabilidade de não satisfazer as exigências da sala de aula.

Para Goldstein (2009) os problemas na escola são frequentemente a queixa número um feita por pais de crianças hiperativas aos profissionais. Embora o comportamento da criança em casa possa ser particularmente hostil, é na escola que a criança começa a aprender sobre o mundo e precisa interagir com os outros. Os pais muitas vezes se sentem impotentes e frustrados. Entra ano, sai ano, eles podem estar expostos a repetidas queixas e preocupações dos professores, psicólogos escolares e educadores escolares.

Os esforços feitos pelo pessoal da escola, com a melhor das intenções, podem não ter sucesso. Mesmo crianças hiperativas medicadas continuam a apresentar alguns problemas além daqueles normais na escola. Existiria alguma coisa que os pais pudessem fazer para aumentar as chances de seu filho hiperativo sair-se bem na escola? Os pais podem fazer uma diferença? Certamente, basta que os pais procurem seguir aqueles princípios indicados por Barkley no tópico anterior que certamente ajudará bastante.

É muito comum os pais imaginarem que exista uma escola especializada, com atendimento próprio para alunos hiperativos e desatentos. Considerados como grupo, entretanto, as crianças e adolescentes hiperativos parecem ter potencial de aprendizagem igual ao das crianças consideradas normais.

Numa época em que se luta pela inclusão de todos os alunos, não é razoável conceber uma escola inclusiva para alunos com TDAH. Eles precisam ter o benefício do convívio social com os colegas da mesma idade e aprender a lidar com regras, com a estrutura e os limites de uma educação organizada, pois a escola representa, e pequena escala, a sociedade em que irão viver quando chegarem à idade adulta.

Nesse contexto, é aconselhável que os pais saibam escolher uma escola que tenha a preocupação com o desenvolvimento global do aluno, ao contrário daquelas que estejam se preocupando em preparar o aluno apenas para obter sucesso profissional, ou seja, passar em vestibular ou outro concurso. A escola que melhor atende as necessidades das crianças e adolescentes hiperativos é aquela cuja preocupação maior é com o desenvolvimento do potencial de cada um, respeitando as diferenças individuais, reforçando os seus pontos fortes e auxiliando na superação dos pontos fracos, pois eles precisam de apoio e intervenção psicopedagógica mais intensos.

Vale ressaltar o quanto o papel do professor é importante, visto ser ele quem está mais em contato com o aluno em sala de aula, o professor tem papel fundamental no processo de aprendizagem e na saúde mental de seus alunos. Ao tomar conhecimento das dificuldades que ocorrem numa família com membros que apresentam TDAH, é provável que os professores comecem a entender a atitude dos pais, da mesma forma que os pais podem sensibilizar-se com a situação dos professores se souberem das reais dificuldades que seus filhos encontram na escola.

Nesse contexto, Santos (2008) aponta sugestões para intervenções do professor na tentativa de ajudar crianças com TDAH em sala de aula, tais como:

Deve-se proporcionar uma boa estrutura, organização e constância; encorajar frequentemente, elogiar e ser afetuoso, para que os alunos não desanimem facilmente, procurar dar responsabilidades para que possam cumprir, fazendo com que se sintam necessários e valorizados, proporcionar trabalho de aprendizagem em grupos pequenos e favorecer oportunidades sociais, entre outras.

Trabalhando dessa forma irá contribuir para o desenvolvimento desse indivíduo e buscará minimizar os efeitos desse transtorno no convívio social. Vemos então a necessidade da interação família e escola, pois diante de uma situação como essa apresentada, se os pais não forem presentes a escola em que seus filhos estudam, se não tiver uma relação mais interativa com os professores e com a gestão, nunca irá saber das dificuldades que o filho está enfrentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, viu-se que o transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) tem sido muito discutido entre os profissionais da educação, devido às dificuldades que os professores encontram para lidar com os alunos que

apresentam este transtorno. Na realidade, a maioria dos professores não tem conhecimento do transtorno, confundindo as atitudes dos alunos com a indisciplina, para isso faz-se necessário um estudo mais aprofundado sobre o mesmo.

No momento em que os professores, gestores e demais que compõem a escola conhecerem as características e saber como trabalhar o aluno com TDAH as angústias e aflições diminuirão e com certeza eles poderão ajudar este aluno a desenvolver melhor seu processo de ensino aprendizagem.

Quanto aos pais, os mesmo devem procurar ajuda para melhorar sua relação com a criança e o diagnóstico do médico, as orientações do psicólogo e psicopedagogo irão servir de subsídio para que aprenda a conviver melhor com o filho diante de seu comportamento considerado inadequado à sociedade, a sua família e toda a comunidade escolar.

Não se deve fazer descaso deste transtorno, a criança com TDAH precisa de ajuda e essa ajuda deve partir primeiramente da família que junto com a escola devem formar parceria para que a criança tenha um convívio feliz junto a todos que o cerca. Às vezes o aluno com este transtorno sente-se desprezado, rejeitado pelos colegas que o vêem de forma diferente passando inclusive a ficar sem amigos por conta de suas atitudes que não são compreendidas pelos outros.

Estudos frequentes continuam sendo feito na esperança de que novas soluções sejam encontradas para amenizar este transtorno, diminuindo inclusive o uso de medicamentos. Enquanto isso, o professor deve procurar estratégias que facilite o processo de ensino aprendizagem do aluno com TDAH, para que tanto ele, quanto o professor e demais colegas da turma possam conviver de forma saudável sem magoar ninguém.

REFERÊNCIAS

ARNT, Ricardo. O Mal-Estar da Hora. In: **Revista Isto É**. 227, p. 114, 1º de maio de 2013.

BARCKLEY, R.A. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade TDAH**. São Paulo: Artemed, 2002.

BENCKIK, Edyleine Bellini Peroni. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: atualização diagnóstica e terapêutica, um guia de orientação para profissionais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

BORGES, S.M.C. **Há um fogo queimando em mim: as representações sociais da criança hiperativa**. UFC. Fortaleza, 1997.

GENTILE, Paula. Indisciplinado ou hiperativo. In: **Revista Nova Escola**. São Paulo: Abril, p. 30, maio/2000.

GOLDSTEIN, Sam. **Hiperatividade**: Como desenvolver a capacidade de atenção da criança/Sam Goldstein, Michael Goldstein; tradução de Maria Celeste Marcondes. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

ROHDE, Luís Augusto; MATTOS, Paulo. **Princípios e práticas em transtorno de déficit de atenção/hiperatividade**. Porto Alegre:Artemed, 2003.

PINHEIRO, Marta. Transtorno de déficit de atenção hiperatividade (TDAH) em crianças e adolescentes subsídios para a formação de educadores . In: DINIS, F.; BERTUCCI, L. M. **Múltiplas faces do educar**: Processos de aprendizagem, educação e saúde, formação docente. 2007.

SANTOS, M. M. **Dificuldade de aprendizagem**: transtorno do déficit de atenção com hiperatividade no contexto escolar. 2008. Monografia (Graduação em Pedagogia)- Instituto Superior de Educação da América Latina, São Paulo, 2008.

CAPÍTULO V

ÉTICA AMBIENTAL: A RESPONSABILIDADE MORAL DIANTE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

RESUMO

O trabalho em questão aborda a temática: Ética ambiental: responsabilidade moral diante das mudanças climática. Onde procura-se mostrar aspectos importantes quanto à responsabilidade com o meio ambiente e para com a sociedade de modo geral. Na busca para o problema: De que forma a responsabilidade moral contribui positivamente diante das mudanças climáticas? Como objetivo geral: analisar a responsabilidade moral diante das mudanças climáticas. Os objetivos específicos: Identificar as causas e consequências das mudanças climáticas; Reconhecer os obstáculos ao desenvolvimento sustentável. Realizou-se pesquisa bibliográfica através de fontes diversas e os resultados mostram que a Ética Ambiental através da responsabilidade moral tem despertado o interesse de algumas instituições para conscientizar a população da importância de preservar os recursos naturais, para as gerações futuras, tendo em vista as mudanças climáticas que estão provocando danos a natureza e as diversas formas de vida do planeta.

Palavras-chave: Ética ambiental. Recursos naturais. Mudanças climáticas.

INTRODUÇÃO

Com a finalidade de conservar um padrão socioeconômico, o homem vem desperdiçando os recursos naturais e esse desperdício é observado desde a Revolução Industrial, tanto nos países ricos como também nos países denominados de pobres que apresentam um baixo ou médio índice de Desenvolvimento Humano(IDH)(Viveiros et al.,2015).

É notório que não é recente a ação destrutiva do homem sobre o meio ambiente, pois frequentemente são noticiadas ações sobre o assunto. O colonizador branco, diferentemente dos indígenas, não respeitava a terra, já alertava o cacique Seattle desde o século XIX (1854). Contudo, apenas alguns movimentos, como os pacifistas, já apresentavam preocupação com a proteção à natureza, o não-consumo, a autonomia, o pacifismo e por isso passaram a ser conhecidos de “ecologistas” (Pedrini, 2011).

Todavia, esses acontecimentos contribuíram para o surgimento de conferências enfatizando a questão sobre o meio ambiente, como a realizada pela UNESCO em 1972. Essa foi a primeira conferência global voltada para o meio ambiente, e, como tal, decisivo para o aparecimento de políticas de gerenciamento ambiental, direcionando a atenção das nações para as questões ambientais. Ocorrida em Estocolmo, na Suécia, denominada “Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente”, foi considerada um marco histórico internacional (Viveiros *et al*, 2015).

Diante dessa realidade questiona-se: De que forma a responsabilidade moral contribui positivamente diante das mudanças climáticas? Como objetivo geral: analisar a responsabilidade moral diante das mudanças climáticas. Os objetivos específicos: Identificar as causas e consequências das mudanças climáticas; Reconhecer os obstáculos ao desenvolvimento sustentável.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O MEIO AMBIENTE

São denominadas de mudanças climáticas, as transformações realizadas a longo prazo nos padrões de temperatura e clima. No início do século XXI, essas mudanças são uma realidade incontestável, atribuídas a crise ambiental ocorrida no decorrer do processo de industrialização dos últimos dois séculos, principalmente a partir do crescimento da produção e do consumo, considerada como característica marcante do século XX em todo o mundo (Coitinho, 2024).

Prossegue o autor afirmando que, as mudanças climáticas podem ser naturais quando provocadas através de alterações no ciclo solar, mas podem também ser provocadas pelas atividades humanas, como o que vem acontecendo desde o ano de 1800, sendo inclusive apontada como o principal agente destas mudanças no clima, sobretudo devido à queima de combustíveis fósseis como petróleo, carvão e gás. Gerados pela queima de combustíveis fósseis, as emissões de gases de efeito estufa retêm o calor e aumentam as temperaturas, provocando danos irreparáveis, pois agem como um grande cobertor em torno da Terra, (Coitinho, 2024).

Os relatórios de estudos, apresentados pelas pesquisas, comprovadamente apontam que a concentração de gás carbônico (sendo o mais importante gás do efeito estufa na atmosfera) teve um aumento de 280 ppm para 379 ppm (ppm =

partes por milhão) desde a Revolução Industrial. Nesse sentido, algumas causas foram apontadas como a queima de combustíveis fósseis, cujo aumento pode ser observado nos últimos anos; as mudanças no uso do solo, onde algumas lavouras foram substituídas por outras, diminuindo a fertilidade; o desmatamento (principalmente das florestas tropicais) além do avanço da agricultura. Essas e outras provocaram o aumento de 80% das emissões de gases de efeito estufa, principalmente do gás carbônico entre os anos de 1970 e 2004 (Coitinho, 2024).

Os relatórios trazem previsões alarmantes, como, por exemplo, o aumento da temperatura média global entre 1,8°C e 4°C até 2100, o derretimento das geleiras e das calotas polares, a elevação do nível dos oceanos acompanhada de tempestades tropicais e de furacões. Os documentos fixam que até 2050 as emissões devem sofrer uma redução de 50% a 85%, a partir dos dados quantitativos de 2000. Os custos desses esforços seriam de 3% do PIB mundial em 2030 (Coitinho, 2024).

Todavia, pode-se observar que algumas dessas previsões já estão acontecendo, como ao derretimento das calotas polares, elevando o nível dos oceanos em algumas regiões do mundo, provocando inclusive a inundação de áreas costeiras; tempestades e furacões são registrados em regiões da Ásia, causando danos a população local e algumas vezes fazendo vítimas fatais.

Em se tratando de Brasil, Coitinho (2024) esclarece que na pior das hipóteses, as previsões apontam o aumento de temperatura no interior do país de aproximadamente 4°C, já na costa, está previsto um aumento de até 3°C. Dessa forma, já pode ser observado este fenômeno nos últimos anos, pois algumas cidades brasileiras registraram temperaturas acima de 40°C. Ondas de calor invadem a cidade ocasionando doenças tropicais.

Ressaltando que para o extremo norte do planeta, as previsões são de que a temperatura deve aumentar 7,5°C, no cenário mais dramático. Também já se pode constatar esse fenômeno em alguns países europeus e nos Estados Unidos, provocando uma onda de calor antes nunca visto. Fazendo referência aos índices pluviométricos, os relatórios apontam que um aumento de 10% a 20% no volume de chuva poderá ocorrer no hemisfério norte, contudo, no hemisfério sul esse volume deve diminuir de volume, na mesma proporção (Blank, 2015).

2 ÉTICA AMBIENTAL E A RESPONSABILIDADE MORAL

A sociedade interpreta o que venha a ser bem e virtude na sua visão de seus valores morais. Contudo, “as condições morais transformam-se na história, sendo assim, vai depender da sociedade e de seu tempo” afirma Chauí, 1994, citada por Bitencourt (2012, p.14). A moral é avaliada como um conjunto de princípios, regras, desfechos e leis determinadas pela cultura. Nesse sentido, pode-se reconhecer a ética como diretrizes de valores de uma certa sociedade, o que é ético para uma dada sociedade pode não ser para outra sociedade.

Buscando estabelecer os melhores valores que possam orientar a conduta humana, a ética é uma atividade reflexiva, que proporciona distinção entre certo e errado; ação a favor do correto e correção permanente de rumo. Ela surge quando se torna possível estabelecer valores que possam ser coerentemente fundamentados para ordenar a conduta coletiva (pretensão de totalidade). (Macêdo *et al.*, 2015).

Macedo e colaboradores explicam que a moral da integridade (ser decente, virtuoso) se diverge da moral do oportunismo (jeitinho, direito individual colocado acima do coletivo) e provoca nas organizações um fingimento moral semelhante (2015, p. 49)

Em outras palavras os autores se pronunciam afirmando que a moral da integridade é o oposto da moral do oportunismo, onde a pessoa aproveita o momento para se beneficiar deixando de pensar no coletivo, voltando-se para o individual causando um fingimento parecido.

Nesse contexto, é compreendido que quando o homem considera as três dimensões que abrangem o meio ambiente, ou seja, a nova visão ecológica; possíveis mudanças de paradigmas e; a origem da ética ambiental, ele pode estar procurando um crescimento relacionado em uma ética que o conduza a construir um mundo melhor, menos fragilizado, mais favorável para as gerações futuras (Bitencourt, 2012).

Nessa visão, os problemas ambientais são pertinentes com ética. Nesse caso, o estudo de Nalini (2003 *apud* Bitencourt, 2012, p. 17), apontam que aumenta ainda mais a responsabilidade do ser humano sobre questões ambientais, com o crescimento da indústria tecnológica. Nesse caso, deve-se preocupar com a qualidade de vida, na preservação ambientes saudáveis onde se possa respirar, caminhar e viver bem, em harmonia com a natureza.

Vive-se, portanto, num desenvolvimento tecnológico em busca cada vez mais por produtos e aumento do consumismo, isso também aumenta a responsabilidade sobre as questões ambientais, pois significa que é mais recursos extraídos da natureza, desmatamento, poluição e outros problemas.

A Ética Ambiental é o campo de análise sobre os fundamentos éticos das condutas humanas em relação à natureza e aos seres não humanos. É a particularidade da ética que presta atenção a questões como: justifica-se uma atividade que criará empregos, mas provocará a extinção de espécies? É melhor proteger um parque natural do que produzir energia que melhorará a vida de determinadas pessoas? Devemos nos importar se um empreendimento humano provoca a morte de animais (Florit; Grava,2016).

Vê-se então que estas questões são bastante complexas, deve haver muita reflexão a respeito delas, pois todas são importantes e devem procurar atender as partes envolvidas sem prejudicar nenhuma. Mas, como desenvolver uma atividade que irá gerar empregos, melhorando a vida de muitas pessoas, sem provocar a extinção de espécies? Não é fácil, requer muito estudo, organização e bom senso.

Com a finalidade de acumular riquezas e a manutenção de poder, países industrializados utilizaram seus recursos ambientais, ignorando que estes podem acabar, que são limitados, como também são inter-relacionados. Esse problema, se tornou uma preocupação constante por parte de várias organizações.(Viveiros *et al*, 2015).

Pensando nisso, é que organizações governamentais, não-governamentais, empresas e movimentos sociais e ambientalistas decidiram repensar o modelo de estratégia de crescimento econômico e desenvolvimento social e estão tentando reverter a destruição ambiental, percebendo que a questão ambiental supera as dimensões locais, diferenças entre povos e nações e desconhece fronteiras políticas (Viveiros *et al*,2015)

Nesse contexto, tais debates, por diversos que sejam, mostram como a temática das mudanças climáticas deve estar inserida numa conjuntura ampla que tenha em conta a geopolítica global em suas dimensões históricas, políticas e econômicas. Em outras palavras, refletir o futuro do planeta, o compromisso com o bem-estar presente e o dever entre gerações, para com as gerações futuras, demonstra pensar não apenas sobre o modo de produção industrial, responsável por significativa exploração de recursos naturais e emissão de Gases de Efeito Estufa

(GEE), mas também sobre a distribuição justa e proteção dos recursos naturais, o acesso ao bem-estar, e a recompensa pelo dano até então realizado (Florit; Grava, 2016).

Fato de constantes discussões, diz respeito a relação entre as análises efetuadas no campo da Ética Ambiental e a consideração relativa aos processos de desenvolvimento em curso, já que poucas vezes é vista de forma clara e com alguma organização. Uma das argumentações é que as questões relacionadas à atenção moral dos seres vivos não humanos, propostas pela Ética Ambiental, são normalmente examinadas no plano normativo e filosófico, não se aprofundando primorosamente na trama de relações políticas e sociais nas quais elas se assentam efetivamente. Assim, acaba se perdendo a chance de observar como o agravo moral de seres não humanos se relaciona com injustiças sociais (Florit; Grava, 2016).

Dentro desse contexto, conseguem ser pensadas as teorias das classes sociais desenvolvidas por Karl Marx na luta de classe e as camadas sociais no século XIX. Se configura numa falta de ética moral e ambiental, esse modelo de sociedade em que pode ser entendida a injustiça e não a justiça

Nessa visão, entre as questões de responsabilidade discutidas na esfera da ética climática, se questiona sobre quais atores devem ser atribuídas a responsabilidade causal e moralmente pela gravidade das mudanças climáticas, bem como, quais atores devem agora atribuir-se os custos de políticas para consolação e adequação, ou para reparações por “prejuízos e estragos”, que não podem ser consertados (Araújo,2023).

Devendo ser ressaltado que, em situações de mudanças climáticas, a justiça solicita das pessoas o desempenho de seus deveres para com as gerações futuras. A fim de garantir sua sobrevivência. Isso significa que as pessoas têm o dever de tentar preservar o meio ambiente, mesmo diante das adversidades climáticas(Tonetto, 2024).

Nesse caso, Tonetto (2024) aponta que para uma tentativa consciente de cumprir as obrigações ambientais, exige muitas outras máximas restritivas, como evitar práticas prejudiciais, contribuir com esforços para programas de conservação e desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, devem procurar suprir às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades.

Na visão de Tonetto, as pessoas podem contribuir evitando práticas que prejudiquem o meio ambiente, contudo, vê-se que em muitos casos isso não é possível devido à falta de uma educação ambiental, esse propósito deve iniciar desde os primeiros anos escolares para que se possa atingir a idade adulta tendo consciência da importância de se cuidar do meio ambiente.

Em seu estudo, Grün (2011) acredita ser necessário resgatar alguns valores que a ética antropocêntrica reprimiu. Para o autor, na educação ambiental, estes valores devem ser revistos, pois regem o agir humano em sua relação com a natureza, assim como deve ser estudado o processo de afirmação e legitimação de tais valores.

Recorrendo novamente ao estudo de Tonetto (2024), a ética do dever de Kant pode ser aplicada para analisar as ações individuais frente as mudanças climáticas, concedendo a aplicação do IC a escolhas de consumo, hábitos e decisões pessoais. Além disso, sua utilização pode se ampliar à análise ética das ações de entidades organizacionais, incluindo corporações e governos.

Em situações de ameaças climáticas, a teoria moral kantiana requer de forma evidente que não se pratique injustiças. Não se deve proceder com base em máximas usando os outros seres humanos como simples meios, em outras palavras, a autora quis dizer que, não se deve provocar danos e nem obrigar os outros indivíduos a fazer alguma coisa, muito menos enganar. Esses quesitos transformam-se em algo fundamental quando os recursos naturais são utilizados a ponto de atrapalhar os outros, as pessoas estão indefesas e o benefício de ganhar às custas de recursos naturais insuficientes é significativo (Tonetto, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as leituras compreendeu-se que a responsabilidade moral diante das mudanças climáticas deve ser uma preocupação das empresas que ultimamente, procuram desenvolver ações voltadas para a preservação do meio ambiente e em prol da comunidade. A preocupação em preservar o meio ambiente tem levado muitas empresas a realizarem campanhas favorecendo a ação de responsabilidade moral, sempre procurando evitar prejuízos à sociedade, pensando nas gerações futuras.

O estudo mostrou que a questão ambiental tem superado as dimensões locais, diferenças entre povos e nações, desconhecendo fronteiras políticas, levando

organizações governamentais, não-governamentais, empresas e movimentos sociais e ambientalistas a se manifestarem sobre o modelo de estratégia de crescimento econômico e desenvolvimento social, tentando reverter a destruição ambiental.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcelo. Ética pandêmica e responsabilidade moral: uma investigação à luz do debate filosófico sobre ética climática. **Filos. Unisinos**, São Leopoldo, v. 24, n. 2, p.1-20, 2023.

BITENCOURT, Neres de Lourdes da Rosa. **Ética Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Catarina, Ascurra: Instituto Veritas, 2012.

BLANK, Dionis Mauri Penning. O Contexto das Mudanças Climáticas e suas Vítimas. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 157-172, mai./ago. 2015

COITINHO, Denis. Mudanças climáticas e o papel das virtudes. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba: EditoraPUCPRESS v.36, e 202431752, 2024.

FLORIT, Luciano Félix; GRAVA, Diego da Silva. Ética ambiental e desenvolvimento territorial sustentável: uma análise com base na categoria de especismo. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XIX, n. 4, p. 23-42, out.-dez. 2016.

GRÜN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental**: a conexão necessária. 14 ed. São Paulo: Papirus Editora, 2011.

MACÊDO, Ivanildo Izaias; RODRIGUES, Denize Ferreira; CHEVITARESE, Leandro Pinheiro; FEICHAS, Susana Arcangela Quacchia. **Ética e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. **Trajetórias da Educação Ambiental**. In: PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org.). Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TONETTO, Milene Consenso. Princípios: **Revista de Filosofia**, Natal, v. 31, n. 64, jan.-abr. 2024, Natal.

VIVEIROS, Edna Parizzi de; MIRANDA, Maria Geralda de; NOVAES, Ana Maria Pires; AVELAR, Kátia Eliane Santos. Por uma nova ética ambiental. **Eng Sanit Ambient**. v.20 n.3, jul/set,p.331-336, 2015.

SOBRE A AUTORA:

JOANA D'ARC DE SOUSA CARDOSO

sousacardosoj@yahoo.com.br



Formada em Teologia, pela Faculdade Evangélica do Piauí, em História, pela Uninta (CE), em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo e Relações Públicas, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em Filosofia, pela Faculdade Campos Elíseos (SP), pós graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Evangélica do Piauí (FAEPI), em Docência e Prática do Ensino de História pela Faculdade Campos Elíseos (SP), Ensino Religioso pela Facuminas (MG), Docência no Ensino Superior pela Faculdade Campos Elíseos (SP), pós graduanda em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar e História e Cultura Afro-Brasileira, ambas pela Facuminas (MG), atua como professora da rede municipal de ensino do município de Caxias (MA), na área de Filosofia, no Ensino Fundamental II, na rede particular de ensino, de Teresina, no Fundamental II e Médio, nas áreas de História Geral, do Brasil, Geopolítica e Atualidades, na rede estadual de ensino do Estado do Piauí, como professora substituta, no Ensino Médio, nas áreas de História e Arte.

